

ZERO

Florianópolis, Abril-Maio de 1989

CONSTITUIÇÃO, ARTIGO 9:

GREVE É DIREITO

Milhares de trabalhadores brasileiros gritam isto. Os servidores e funcionários da UFSC se juntam a esse coro legítimo. Cobertura especial da página 2 até a 14.

BRASIL 89:

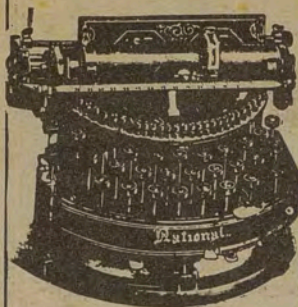
ELEIÇÕES E POSSE

Florianópolis sai na frente no repúdio à M.P. 50 e na defesa da eleição presidencial neste ano. Temas da página 11 e contracapa.



Todos os Marx estão de acordo

EDIÇÃO ESPECIAL



Melhor
Peça Gráfica
I Set
Universitário
Maio 88

ZERO

JORNAL INDEPENDENTE

Jornal Laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Esta edição foi elaborada no dia 12 de Maio de 1989.

Arte: Paulo Caruso, Ritchie Reta

Diagramação: Marta Moritz, Nilva Bianco, Júlio Pompeu, Mário Vaz, Rute Enriconi.

Edição: Deise Freitas, Jaques Mick

Edição executiva: Ricardo Barreto

Fotografia: Jaques Mick, Murilo Napolini, Oswaldo Nocetti, Paulo Brito, Ricardo Barreto, Sabrina Franzoni

Laboratório Fotográfico: Karin Vêras, Murilo Napolini, professor Paulo Brito, Pedro Melo, Sabrina Franzoni

Secretaria: Sabrina Franzoni

Textos: Ana Coelho, Ana Lavratti, Carla Lavina, Deise Freitas, Fabiano Melato, Gustavo Cabral, Geraldo Hoffmann, Jaques Mick, Karin Vêras, Linete Martins, Márcia Carvalho, Márcia Telles, Pedro Saraiwa, Rafael Masseli, Raquel Eltermann, Romir Rocha, Rosemeri Laurindo, Sílvia Pavesi, Taciana Xavier.

Telefone: (0482) 33-9215 - Telex: (0482) 240 BR

Acabamento e impressão: Fundação da Produtividade - Fones: (0512) 22-7756 e 22-6312 - P. Alegre

Correspondência: Caixa Postal 472, Departamento de Comunicação e Expressão, Curso de Jornalismo, Florianópolis-SC

Distribuição Gratuita

Circulação Dirigida

OPINIÃO

Congresso lento demais

Senhores, o brasileiro não acredita mais em índices. Aliás, sem derrotismos, ele talvez só acredite no futuro desse maravilhoso País. Só que nem todos brasileiros lutam por ele. Entre eles, certamente se incluem nossos caros "representantes" sediados em Brasília no Congresso Nacional. É um erro absurdo culpar os trabalhadores pela onda de "grevismo" que percorre todo o País. Não se esqueçam as pitonisas do Apocalipse, que a barriga não tem meses para aguardar leis. Se o governo, inconstitucionalmente, pariu a arbitrária Medida Provisória nº 50, foi pelo vácuo deixado pelo Congresso Nacional, que "exaurido" dos esforços concentrados na Consstituinte, não encontrou tempo para preparar a legislação de greve, enquanto os trabalhadores davam mostras de que o Plano Verão, decididamente é ladrão. (E aqui, a Universidade pública dançou junto. Lembrem-se, a Pesquisa e Extensão não funcionam nacionalmente desde o início do ano, por falta de verbas). Culpar trabalhadores



por defenderem o pouco que ganham para sustentar suas famílias é covardia.

Como se não bastasse a omissão do Congresso, em legislar as urgentes modernidades e problemas brasileiros, ainda se junta ao coro dos privilegiados, em escala nacional, uma acomodada e direitista imprensa, que perdeu a capacidade de indignar-se com os sofrimentos, de décadas, dos brasileiros. (Aliás, alguém pode citar um jornal alternativo não-sindical que defenda a população?) O baronato da imprensa faz denúncias, é certo, mas epidérmicas - que não afetem a volumosa publicidade do governo. Engasgado com a frustração das ex-diretas em 84, com os cinco anos "mimoseados" a um governo que despenca no descrédito, o brasileiro teve que ir à luta solitário, sem o apoio de seus representantes no Congresso Nacional, que votam seus próprios aumentos antes de votar o salário mínimo de quem os elegeu. E agora, os extremistas ainda nos vêm com bombas? Queremos justiça, vida digna, democracia!

Pequena história do salário mínimo

Só foi bom em 3 governos. Depois de 62, o arrocho.

Quando se fala em salário mínimo no Brasil sempre se lembra o ditador Getúlio Vargas. Ele entrou para a história como o "Pai dos Pobres", por ter transformado a "questão operária" em "questão política" - Washington Luiz a considerava uma "questão de polícia". Em nome da harmonia e cooperação entre as classes sociais, organizou a legislação trabalhista e o salário mínimo.

Mas o mérito destas conquistas não se deve a Getúlio. Segundo o cientista político Luiz Verneck Vianna, "as conquistas decisivas na formação das leis protetoras do trabalho antecederam a 1930 e foram alcançadas através de um processo de lutas vitoriosas dos operários. Depois de 30 só se criou o salário mínimo e se estendeu a legislação trabalhista a classes ainda mais atingidas por ela.

O Brasil foi o 12º país do mundo, e um dos primeiros da América Latina a escrever na Constituição que todo cidadão tem direito a receber um salário nunca inferior a um certo nível. Os trabalhadores, embora centrassem fogo na redução da jornada de trabalho e na melhoria das condições de serviço, já incluíam o mínimo entre suas reivindicações desde o início do século. O programa da Aliança Liberal de 1930 que levou Getúlio ao poder, já mencionava a criação do salário mínimo. A Constituição de 1934 o incorporava em seu artigo 121. A Lei 185 de janeiro de 1936 definia o salário mínimo e o Decreto-Lei 399 (de 30 de abril de 1938), regulamentava a lei 185.

MENTIRAS

Getúlio fez uma grande festa, no dia 1º de maio de 1940, no estádio do Vasco da Gama, para anunciar os primeiros valores do mínimo. Eram 14 níveis, entre

90 mil réis (no sertão nordestino) e 240 mil réis (no Distrito Federal - então Estado da Guanabara - RJ). O valor médio do mínimo era 220 mil réis.

Poucos trabalhadores que participaram da festa em São Januário, no entanto, perceberam que o "grande pai" os tinha enganado. O salário mínimo anunciado era para sustentar um trabalhador, não uma família; definia como necessidades básicas apenas a alimentação, moradia, vestuário, higiene e transporte - esqueceu a educação, o lazer ... Os diferentes níveis do mínimo por regiões (em 1963 eram 38) desrespeitavam uma lei universal: "para trabalho igual, salário igual"; as Comissões do Salário Mínimos, nas pesquisas em todas as capitais, só levaram em conta os salários mais baixos, que foram legalizados.

Teve gente que passou a ganhar menos do que ganhava antes. Os salários dos trabalhadores mais qualificados, principalmente, foram rebaixados. Deixaram de ser fixados com base nas regras do "livre mercado" e no aumento de produtividade das empresas. Passaram a ter como ponto de referência os aumentos do salário mínimo. Assim o governo evitava a elevação do custo dessa mão-de-obra e garantia mais lucros às empresas. Getúlio era, na verdade, a "mãe dos ricos".

MISÉRIA

Agora, o salário mínimo está quase completando bodas de ouro. E vale menos que três gramas de ouro (NCz\$ 69,00). O piso nacional de salários é de NCz\$ 63,90. Isso é a terça parte do que valiam 220 mil réis em 1940. Quer dizer, se 220 mil réis davam para comprar 100 kg de arroz e 100 kg de feijão, os NCz\$ 63,90 não compram um terço disso.

Pelos cálculos do Dieese (Departamento Intersindical de Estados de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos), uma família-padrão (duas pessoas adultas e duas crianças) precisa, no mínimo, de NCz\$ 435,00/mês para sobreviver. Mas a desvalorização do salário não é de hoje.

Desde o início de sua vigência, em julho de 1940, o mínimo já foi reajustado 42 vezes. O primeiro aumento, de 3,25%, veio em dezembro de 1943. Daí até dezembro de 1951, ficou congelado.

A partir de 1952, os reajustes tornam-se mais frequentes (12/14 meses) e, na maioria das vezes, em percentuais superiores ao custo de vida. Durante os governos Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, o salário mínimo viveu seu tempo de glória, chega a seu valor máximo, com a participação crescente dos trabalhadores na sua fixação.

De 1962 em diante é que começa o arrocho. O mínimo perde rápido seu valor de compra. A partir de 65, o governo militar aperta ainda mais o cinto do trabalhador. Os níveis do mínimo continuam despencando até 1974, ao mesmo tempo em que a economia experimenta uma fase de altas taxas de crescimento - no período 1968/74 - o chamado "milagre econômico". Como o governo não conseguia acabar com a inflação com medidas econômicas, manipulava os índices do custo de vida. Queria combater a febre adulterando a escala do termômetro.

Durante o governo Geisel, os reajustes (semestrais) acompanham a inflação. Em 79 entra em vigor uma "nova política salarial" que vai culminar, em 1984, com a unificação do salário mínimo em todo o País, com um nivelamento de todos os salários por baixo. O que vem depois é história conhecida: Plano Cruzado com congelamento de preços (no pico) e salários (por baixo), Cruzado II e Plano Bresser com novas perdas e o Plano Verão, que ainda não definiu a política salarial. Os trabalhadores querem uma reposição de 41 a 49%, os empresários não querem dar mais de 15%. E, enquanto não se sai desse impasse, confirma-se a cada dia o desabafo de um trabalhador salário mínimo que já faz parte do folclore popular: "Cada vez sobra mais mês no fim do meu salário".

Greve nacional quer melhorias

Qualidade exige

reajustes de

OCC e salários

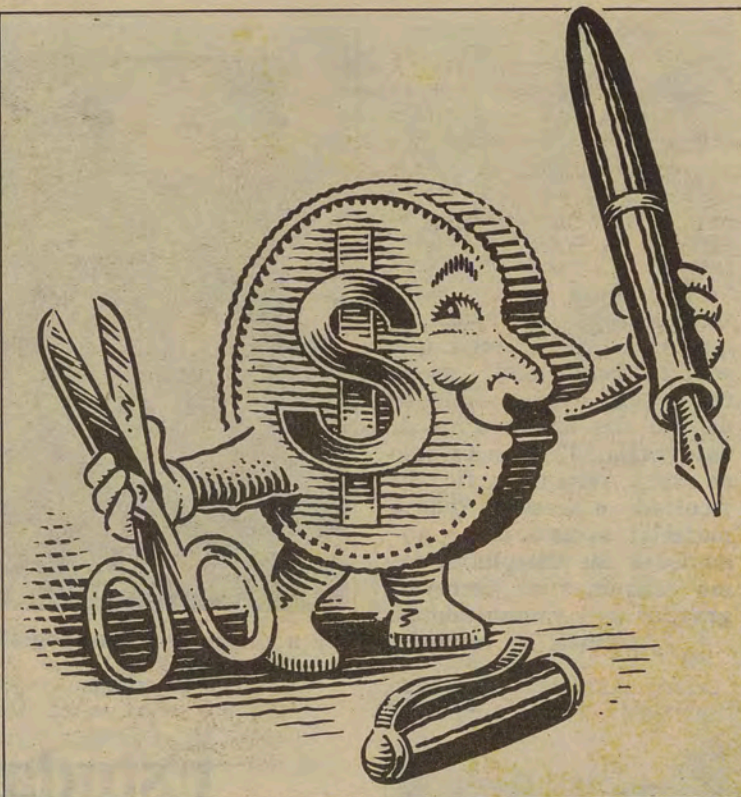
Antes do final da primeira semana da paralisação dos professores universitários brasileiros, a diretoria da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes), avaliava que já havia quadro de greve nacional, com 26 universidades federais paradas e a expectativa de que mais 11 aderissem ao movimento iniciado na segunda-feira, 8 de maio. A partir de então, a ordem foi garantir quorum dentro das instituições, para pôr em prática a "greve de ocupação", definida na última reunião do setor das federais da Andes, nos dias 29 e 30 de abril, em Brasília.

Até a sexta-feira, dia 12, os servidores já haviam paralisado as atividades em 39 Instituições Federais de Ensino Superior, e os estudantes em nove. Entre as universidades que estavam prestes a aderir à greve docente, as federais de Ubera-

ba, Brasília e Santa Maria surgiam como fortes possibilidades. Os maiores problemas para o movimento chegar à paralisação estavam nas federais do Paraná e do Rio de Janeiro.

A tática adotada pela Andes para garantir a greve de ocupação era evitar, a todo custo, o esvaziamento dos campus, e a conseqüente desmotivação das categorias paradas. A orientação do Comando Nacional de Greve - composto por um representante de cada Universidade em greve mais a diretoria da Andes - era de organizar manifestações conjuntas entre professores, servidores e estudantes, em dois sentidos: por um lado, levar a universidade às praças, em busca do apoio da comunidade; por outro, organizar atividades de peso dentro das instituições para atrair a população sobre a discussão dos problemas do ensino público.

Com um Comando Unificado em Brasília, Andes, Fasubra (Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras) e União Nacional dos Estudantes (UNE), atuavam unidos com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), nas negociações com o governo. No entanto, os reitores exigiam



Dilema para Maílson: cortar ou liberar?

15% do Orçamento Global das Universidades para Outros Custeios e Capital, ou seja, para a manutenção das instituições. Os reitores alegavam que, ao final da greve de 87, o governo havia prometido atingir e manter este índice. Os professores, servidores e estudantes, de sua parte, reivindicam 27,8%,

de acordo com os níveis praticados nas universidades dos países desenvolvidos.

A postura do Ministério da Educação, expressa pelo secretário de Ensino Superior, Edson Machado, em audiência com a Andes, Fasubra e Crub, era contrária à negociação de índices de orçamento. A Sesu argu-

mentava que "queria discutir em função das necessidades reais das universidades", como afirmou o próprio secretário. Para o MEC, as "necessidades reais" a serem supridas significam apenas a garantia de sobrevivência, isto é, "impedir o fechamento das universidades", nas palavras do próprio Edson Machado.

Em audiência com a Andes e Fasubra, no dia 11, a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, voltou a afirmar que o "governo não vai negociar os salários do funcionalismo público". A intenção do Palácio do Planalto era levar a discussão salarial para o Congresso Nacional, no dia 17, quando os índices de reajuste deveriam girar em torno dos 18%. A tendência, no entanto, era de que o governo deveria cortar os salários ao final do primeiro mês de greve, com o claro objetivo de esvaziar o movimento.

Para tentar avançar nas negociações com o MEC, no aspecto das verbas, e com o Ministério do Trabalho, na questão salarial, Andes, Fasubra e UNE programavam uma caravana até Brasília, com a intenção de pressionar governo e deputados para a resolução do impasse.

ÚLTIMO BOLETIM

Moderação do CRUB pode prejudicar greve nacional

Recuaram dos

15% de OCC. Já

aceitam 11%!

Professores, servidores e estudantes nas últimas semanas viram aumentar o quadro de paralisações nas universidades federais de todo o País, na reivindicação nacional por mais verbas para o ensino e reajuste salarial aos trabalhadores na educação. "SOS, a Universidade pública se recusa a morrer" é o lema do movimento que, embora paralise a cada dia mais instituições ainda não virou manchete em nenhum jornal.

Ao fim da segunda semana de greve dos professores, 34 universidades estavam paralisadas sete tinham assembleias gerais pa-

ra definir a adesão ou não, quatro estavam desmobilizadas sem assembleias e de duas não se tinha informações em Santa Catarina. Os servidores, em greve desde o dia 27 de abril, permaneciam com 39 instituições paralisadas, no mesmo nível de negociação com o governo que os professores. Estudantes pararam em 16 universidades federais, seguindo o indicativo nacional, deflagrado pela União Nacional dos Estudantes a partir do dia 16 de maio.

As negociações com o Ministério da Educação davam em lugar nenhum: o secretário de Ensino Superior permanecia na idéia fixa de enviar recursos apenas para garantir a subsistência mínima das universidades, "caso a caso", sem negociar índices. Enquanto isso, o Congresso Nacional discutia a política salarial, e conforme o desejo do governo, não deveria englobar os servidores públicos federais.

A resolução do impasse ficou mais difícil quando o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) resolveu assumir isoladamente a negociação por mais verbas para as universidades, saindo do comando unificado formado pela Andes Fasubra e UNE. A primeira atitude do CRUB, depois de sair do comando foi aceitar a redução de 15% para 11% do índice exigido para Outros Custeios e Capital (OCC) - os professores, servidores e estudantes exigem índice próximo de 30%, média internacional. Extra-oficialmente, afirma-se que o CRUB reduziu a exigência para 11% com a intenção de conseguir do governo, posteriormente, verbas de 5%, o que enfraquece a paralisação das universidades, na medida em que as reivindicações voltam a se restringir ao aumento dos salários.

Para enfrentar a intenção do governo, de deixar de

fora os professores e servidores da lei salarial em definição pelo Congresso, os docentes devem enviar representantes ao Congresso Nacional dos Servidores Públicos Federais, que acontece entre 23 e 26 de maio, em Brasília, para levar a proposta de unificação da campanha salarial.

Foi formada no dia 16 a "Frente Parlamentar em Defesa da Universidade pública", organizada pelo comando unificado junto a deputados federais e senadores para pressionar o governo a dar uma solução urgente ao problema. A orientação dos comandos nacionais para cada universidade é de incentivar discussões sobre a situação do ensino público com a participação de parlamentares e representantes da sociedade civil.

Paralelamente, a elaboração dos orçamentos de cada Centro para 90 causa preocupação aos movimentos. É que em maio, encerra

o prazo de entrega à Reitoria das exigências de despesas de cada um deles, e apenas algumas direções de Centro têm feito as previsões baseadas nos índices reivindicados pelas categorias. O que impera, na maioria das vezes, é o "espírito de miserabilidade", segundo o qual o orçamento deste ano se baseia na pobreza do ano que passou.

O campus da UFSC a cada dia recebe menos gente, apesar dos insistentes convites do Diretório Central de Estudantes e de seu Comando de Mobilização. A propósito, o jornal Canudo do DCE, já avisava em 23 de março que, "sem mobilização, em maio pára de novo". Mas maio chegou, e a UFSC entrou em greve e o campus virou um deserto.

Textos Jacques Mick

Jornalismo pára e dá força

**Cede espaço,
faz jornal
e boletins**

Nstamos sem laudas. Se você tiver em casa, traga para fazermos o Zero". O cartaz na porta de entrada é uma das consequências da paralisação no curso de Jornalismo. Lauda é a folha usada em jornal para redigir os textos. Sem elas, fica difícil fazer jornal. Da mesma forma que sem funcionários não há como operar os laboratórios e sem verbas não funciona.

Esses dois últimos motivos levaram a escolha pela greve do curso de Jornalismo na Assembleia Geral Interna realizada no dia 28 de abril.

É a primeira vez que o curso pára em função da greve dos funcionários. Na opinião do chefe do departamento, Eduardo Meditsch, "o que houve foi uma decisão coerente, na medida em que não se pode fingir que se está dando aula", numa referência à impossibilidade do uso dos laboratórios de fotografia, TV e o estúdio de rádio. Além disso, fica dificultado o acesso a todo o material necessário ao andamento das disciplinas, como máquinas de escrever, gravadores e computadores. Enquanto as reivindi-



Até a chefia do curso pegou no pincel

Foto: Murilo Napolini/Zero

cações do movimento grevista não são atendidas e a situação não se estabiliza, o curso procura apoiar a mobilização: produzindo boletins ou cedendo seu espaço físico para os trabalhos da Comissão de Divulgação do comando de greve dos professores: fazer do boletim oficial ou faixas e cartazes de protesto. Não há, no entanto, uma tentativa de catequizar ou servir de exemplo. Optou-se na Assembleia pelo que se acreditava mais sensato, mesmo que isso consista em perder aulas antes da greve dos professores o improvisar laudas no fechamento do jornal-laboratório.

Taciana Xavier

Estudantes esperam decisão do reitor de barriga vazia

A proposta do Diretório Central dos Estudantes de oferecer refeições à comunidade universitária na cantina do DCE, apresentada em audiência com o reitor em exercício Osvaldo Momm e o pró-reitor de Assuntos da Comunidade Gilberto Ângelo Vieira, no dia 10 de maio, foi considerada inviável pela reitoria. Sentaram-se à mesa no dia seguinte o pró-reitor, o DCE e o Comando de Greve dos Servidores, mas o impasse permaneceu.

Na audiência do dia 10 compareceram 28 pessoas entre membros do DCE e do Comando de Mobilização dos Estudantes, que entregaram ao reitor em exercício um ofício pedindo que a administração da UFSC passasse a oferecer as refeições na Cantina em caráter provisório durante a greve dos servidores. O Diretório levou a proposta, após ter mantido conversações com o Comando dos servidores e com o arrendatário da cantina. Momm e Gilberto Vieira prometeram estudar a proposta e marcaram uma reunião para o dia seguinte às 11h.

Três membros do DCE aguardaram quase uma hora até que a reunião começasse às 11h45min, quando o pró-reitor saiu de uma sala com representantes do Comando de Greve dos servidores, com quem estivera reunido até o momento. A princípio, Gilberto Vieira fez uma exposição sobre o orçamento da universidade e depois concluiu dizendo que, como a coisa estava colocada, não era possível transferir as atividades do RU para o Centro de Convivência, porque implicaria nu-

ma mudança de rubrica. A questão é que, para que o projeto fosse posto em prática, a reitoria teria que usar a verba destinada a "serviços e encargos" (rubrica 3132), que é diferente da verba destinada ao RU (rubrica 3120) relativa a "material de consumo" e isso está regulamentado pelo Congresso Nacional. Ou seja, uma longa trajetória: a UFSC teria que encaminhar ao MEC, que encaminharia a Sepplan (Secretaria de Planejamento) da UFSC, que mandaria ao Congresso instância que autorizaria ou não a transferência de verba de um lugar para outro.

Além disso, não há dinheiro suficiente para manter a Cantina do DCE nem por três dias, caso seja usada a verba de "serviços e encargos". Outro ponto é que para se comprar gêneros alimentícios seria necessário ativar o Departamento de Serviços Gerais (DSG), responsável pelas licitações e o Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF), encarregado dos pagamentos, também paralisados pela greve. Isto é, enfraqueceria o movimento dos servidores e a posição da reitoria, segundo Gilberto Vieira, é de não entrar em confronto com as categorias. Ele acrescentou que a única saída, seria a reabertura do RU mas, pelo mesmo motivo é impossível.

Da parte dos servidores, a posição colocada é que se o fornecimento de alimentação implicar numa volta ao trabalho, se a de um ou dois funcionários, eles discordam. Esta é a posição do Comando, porém, mesmo no seu interior, há divergências embora de cará-

ter pessoal. Um dos membros defende que a proposta dos estudantes seja aceita, se só implicar na participação de servidores que ainda não aderiram à greve dentro do DSG e DCF. Já outro, acha que, mesmo não implicando em retorno ao trabalho o fornecimento de refeições vai enfraquecer o movimento, argumentando que as pessoas normalmente utilizam o RU (servidores, professores ou estudantes) não significam um fortalecimento nas mobilizações.

Na verdade, a questão de aumentar o número de pessoas nas mobilizações de qualquer uma das categorias é um ponto secundário, o que está realmente em jogo nessa reivindicação é a sobrevivência de pessoas que dependem do RU para se manterem. Além disso, há pessoas que estão tendo aulas e não podem sair do campus: ou comem ou estudam.

O Restaurante Universitário é a maior cozinha industrial de Santa Catarina servindo seis mil refeições diariamente, entre almoço e jantar. Conta com cerca de 100 funcionários, arrecada 35% do que gasta em alimentos, fora energia, água e mão-de-obra - cada estudante, por exemplo, paga NCz\$ 0,25 enquanto o preço real é de NCz\$ 0,70 per capita. Segundo o diretor do RU, Gerson Rizzatti, o restaurante gasta em média NCz\$ 60.000,00 por mês e a verba para seu funcionamento é solicitada todo mês conforme as necessidades. Ultimamente a carne bovina, por exemplo não constava nos cardápios devido à cobrança de ágio por parte dos fornecedores e, desde que a carne começou a escassear, em início de abril, o número de refeições diárias deu um salto de cinco para seis mil, o que revela um acréscimo no número de frequentadores, consequência lógica do arrocho imposto pelo Plano Verão.

Quanto à alimentação da Comunidade Universitária o negócio é esperar uma definição da reitoria que vai analisar nova proposta do DCE, ainda mantendo como sede a Cantina do Centro de Convivência, mas levando os alimentos diretamente para o local sem necessitar da participação de servidores, a não ser daqueles que não pararam no DSG e DCF sem prejudicar a outra categoria.

Deise Freitas



Aderiram, mas mantém a emergência

Agonizante, sem verbas e pessoal, HU adere

Os funcionários do Hospital Universitário estão em greve, juntamente com os demais servidores e professores da UFSC. Eles aderiram ao movimento no dia 27 de abril, após uma assembleia realizada nas próprias dependências do hospital. A assembleia teve um bom número de participantes que votaram em maioria esmagadora pela paralisação das atividades.

As reivindicações são as mesmas do restante da categoria, dando ênfase à questão salarial e ao problema das contratações proibidas pelo decreto-lei. Existem novos setores do hospital que ainda não estão funcionando por falta de pessoal, como a maternidade e a nova emergência - a atual está funcionando precariamente. A situação não é boa: filas para cirurgia, falta de equipamentos. Os funcionários vão levando como dá, reclamando da falta de verbas. O hospital tem necessidade a suprir e não está tendo condições de atender ao público como deveria. Para tirar a prova é só necessitar de seus serviços.

O HU é um órgão de importância vital na comunidade que o cerca, possuindo um número muito grande de internados que superlotam os leitos e têm que ser atendidos, mesmo durante a greve. O hospital não pode interromper todas as atividades, mas apenas paralisar parcialmente. As cirurgias mais urgentes são feitas e os casos mais graves atendidos, mas os de menor importância são encaminhados para outros hospitais. A cozinha, o raio-x, eletrocardiograma, emergência e alguns outros serviços funcionam normalmente.

O restante, porém, está paralisado e mobilizado: "greve aqui não é férias!". Os grevistas ficam no hospital, divulgando o movimento, ou em assembleia permanente no RU. Há muitos cartazes presos na cerca da entrada e nas portas do hospital e o comando de greve já entrou em contato com emissoras de rádio e tv. O comando tem ainda um representante no grupo que foi à Brasília negociar com a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, e espera a solução do problema, como toda a Universidade. Esperam também, ansiosos, os moradores locais que vez por outra necessitam de seus serviços e são privados do atendimento médico-hospitalar, que é acima de tudo um dever do Estado para com seus cidadãos.

Gustavo Cabral



Sala lotada na audiência com a reitoria

Opção pela greve foi unânime

Por reajuste
e política
salarial

Ou os professores, alunos e servidores se mobilizam para salvar a UFSC, ou ela pára sozinha". Com esse pensamento, os servidores entraram em greve, sendo a primeira classe a paralisar suas atividades dentro da Universidade Federal de Santa Catarina.

Em assembleia realizada na tarde do dia 26 de abril (esta já é a sétima desde o Plano Verão) na ala C do Restaurante Universitário os servidores decretaram

greve geral numa decisão unânime com a participação de cerca de 1000 pessoas. Devido ao número de presentes, houve certa agitação mas, não houve discordância em torno da decisão de fazer greve.

Os manifestantes consideraram a greve como a saída mais viável mesmo sabendo que o governo federal não aceitará negociações. Carlos Sant'Anna, ministro da Educação, nem se deu ao trabalho de examinar a pauta de reivindicações apresentada pelos servidores. Enquanto a Universidade deveria receber 24% do orçamento da União, recebe apenas 3% dividido em 12 parcelas. O servidor não luta só pelo salário, ele está consciente de que a UFSC precisa receber mais verbas. Além de financeira e política, é uma greve social. Isso significa que a Universidade



"Ou mobilizamos ou a UFSC pára sozinha"

não sabe se poderá manter suas atividades normais com 90% do seu quadro de funcionários parados.

A greve foi deflagrada com as seguintes reivindicações: lutar contra o Plano Verão, reposição de 89% dos salários, mudança do dia de

pagamento, política salarial única para todos os trabalhadores, o não pagamento da dívida externa, impedir a destruição das Universidades públicas e conseguir maiores verbas para o ensino público superior.

Paralelo à greve dos

servidores, está havendo também a greve dos professores que, apesar de não terem as mesmas reivindicações e dos comandos de greve serem independentes, contribui para que o Governo Federal atenda ambas as classes.

No dia 11 de maio, uma manifestação dos servidores percorreu o campus com faixas, pirulitos e distribuição de um informativo de greve. E onde estava a maioria dos servidores? Enquanto que no primeiro dia de greve houve uma participação significativa, agora os movimentos estão fracos e, no máximo, 50% dos trabalhadores comparecem na UFSC.

Raquel Eltermann



Com elevada defasagem, os servidores querem 89% de reposição

"A luta não é só salarial"

A reivindicação dos quase três mil servidores em greve da Universidade Federal de Santa Catarina é o reajuste salarial. Com a implantação do Plano Verão até abril, a defasagem dos salários atingiu 47,08%. Desde 1988 quando os reajustes eram feitos através das URPs, os salários já estavam defasados, já que a URP ficava sempre abaixo da inflação. A partir de janeiro de 89, com o Plano Verão, os servidores não tiveram mais aumento e a situação começou a ficar insustentável.

Existem três níveis de servidores na universidade: os de nível de apoio (NA), os de nível médio (NM) e os de nível superior (NS). Os de nível de apoio, que são as pessoas que cuidam da limpeza, servem cafés, cuidam de materiais, entre outras atividades, estão ganhando em média NCz\$ 300,00. Os de nível médio

e nível superior que trabalham nas secretarias, departamentos, escritórios e laboratórios ganham em média NCz\$ 600,00 e NCz\$ 1.000,00 respectivamente. Com a reposição de 89% reivindicada nacionalmente, os servidores do nível de apoio passariam a ganhar NCz\$ 567,00, os de nível médio NCz\$ 1.134,00 e os de nível superior NCz\$ 1.890,00, em média.

Luis Gonçalves membro do comando de greve, diz que a luta dos servidores não é só de cunho salarial. Os servidores juntamente com alunos e professores lutam também por melhoria do nível de ensino, pagamento entre os dias 22 a 25 de cada mês, política salarial única para todos os trabalhadores não-pagamento da dívida externa e autonomia universitária. Porém o comando de greve não pode garantir que a paralisação continue por causa das outras reivin-

dicações caso o aumento seja concedido. "Isto depende de um trabalho de conscientização junto aos servidores, o pessoal não está preparado para uma greve de cunho social e sim, financeiro", diz Luis Gonçalves. Para ele, o fator maior dos fracassos das greves anteriores é que em vez de todos os funcionários e professores trabalharem em favor da greve, muitos entram "em férias" e esvaziam o movimento. Infelizmente isto já está acontecendo em relação aos servidores, muitos já nem aparecem na universidade. Os centros mais mobilizados são o de Ciências Humanas e o de Ciências Biológicas, que além de trabalharem na divulgação estão realizando um trabalho de conscientização junto aos servidores mais desinformados.

Sílvia Pavesi

UFSC adere depois que 31 já tinham paralisado

E a ministra do Trabalho não sabia

As salas de aula estão cobertas de papéis no chão, os corredores têm lixo por toda parte, os banheiros acumulam aquele cheiro "tradicional". A sujeira encontrou a sua nova moradia: a Universidade Federal de Santa Catarina. É isso mesmo. Desde o dia 27 de abril, quando os servidores entraram em greve, a UFSC virou um campus sujo e deserto.

O primeiro dia de paralisação contou com a participação da maioria dos funcionários. O Restaurante Universitário esteve com suas portas fechadas, assim como os Centros de Educação, Ciências Humanas e a Biblioteca Central. Nos outros centros a adesão variou entre 70 e 95%.



O presidente da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Santa Catarina (Asufsc), Rogério João Laureano, diz que 39 das 51 unidades federais de ensino do país já pararam.

Apesar dos números, não é difícil encontrar quem desconheça o movimento. Quando foi a uma audiência em Brasília, o Comando Nacional de Greve dos Servidores teve uma surpresa: o desconhecimento da ministra do Trabalho, Dorothea Werneck. Mas a falta de informação não abalou a retórica da ministra. Ela prometeu analisar as propostas, marcando uma outra reunião para o dia 4 de maio. A outra promessa: menos de 18% de reajuste.

No dia 29 de abril, mais um setor do Campus aderiu à paralisação. Dessa vez foi o Hospital Universitário. Segundo o Comando de Greve do HU, foram definidas duas comissões. Uma ficou responsável pelo trabalho de mobilização, e a outra, para atender os pacientes já internados. Os cartazes ao redor do HU avisam: "Estamos em greve. Procure outro hospital".

Como resultado parcial do movimento, cerca de cinco mil pessoas estão impossibilitadas de utilizar o RU, quase 12 mil estudantes estão sem aulas, três mil servidores e 1900 professores paralisados. Como a greve ganhou força no país inteiro, não há possibilidade de se fazer previsões. A única provável é a adesão dos estudantes ao movimento com o indicativo de greve a partir do dia 16, a nível de mobilização nacional.

Rafael Masseli

Crise detona paralisação total

**Mas nem
todos Centros
concordam**



Arquivo Zero

Na primeira Assembleia Geral Permanente, dos Professores da Ufsc realizada dia 8 de maio, o comando de greve informou que as negociações com a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, estavam em andamento, o que é considerado um grande progresso pois o governo antes da greve se negava a abrir qualquer negociação salarial. A Ministra cogitou a possibilidade do aumento ser igual para militares, servidores e professores. Se o aumento sair, o movimento de paralisação será prejudicado. Haverá volta às aulas e as condições da Universidade continuarão as mesmas com tendência de piorar cada vez mais. Caso o governo não solte mais verbas, a universidade correrá o risco de privatizar-se, para evitar a falência.

a. A exigência de aumento de verbas para a Universidade faz parte das reivindicações, tanto dos servidores como dos professores e estudantes.

Os centros da UFSC nos primeiros dias de paralisação mostraram boa adesão. No Centro de Ciências da Saúde (CCS) a clínica odontológica está fechada apesar do curso não ter adesão total. No Centro de Ciências Biológicas (C.C.B.) a adesão é total, segundo representantes, pois não há alunos, servidores, professores, definindo o C.C.B. como "o centro do não estão e não tem", referindo-se à ausência de equipamentos e de pessoas para a greve de

ocupação. No Centro de Ciências Jurídicas, tradicional fura-greve os professores estão dando aula normalmente. Já no Centro Tecnológico a adesão é de 60% (estão em aula a Engenharia Mecânica, Civil, Elétrica e de Produção Mecânica).

A greve foi deflagrada na assembleia da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (APUFSC) no dia quatro de maio com 326 professores, sendo que 20 votaram contra e seis abstiveram-se da votação.

Defendeu-se a greve de ocupação, de informação à população sobre as reais condições de funcionamento da Ufsc

e a criação de um comando unificado de servidores, professores e alunos. Na ocasião, um centro foi contra a greve (CCE), seis centros foram a favor da greve (CCH, CCS, CED, CCA, CCB, CSE) e dois centros não votaram nas assembleias internas (CDS e CTC). O problema de ocupação da greve foi muito bem colocado pelo CCB, pois muitos professores votavam a favor da greve de ocupação por melhores salários, mas não acatavam a decisão, voltando à Universidade somente no reinício das aulas. O CCH defendeu a proposta de greve por tempo determinado de quinze dias. O seu fim coincidiria com a

assembleia de análise da greve dos servidores prevista para o dia 20 de maio. O Centro Sócio-Econômico (C.S.E.) levou posição de que o dia oito de maio não era o mais aconselhável para iniciar a greve. Já o CCS além de apoiar a greve queria levar a universidade para as praças e bairros. O Centro de Ciências Agrárias (CCA) indagou a necessidade da greve atingir a todos os setores, pois existem animais que precisam ser alimentados.

A paralisação da Ufsc é importante em relação ao amadurecimento do movimento nacional da categoria, da deflagração da greve do funcionalismo público federal e no amadurecimento do estado catarinense em escala nacional.

Até 12 de maio, data do fechamento desta edição 27 universidades estavam sem aulas, 39 com greve dos servidores e 10 universidades sem nenhum informe. A tendência é aumentar o número de universidades em greve pois a crise atinge não só as universidades federais como as particulares e estaduais.

Márcia Telles

Qualidade no ensino faz parte da pauta

Se você quer viajar em julho e está com medo de ter que ficar recuperando as aulas perdidas durante a greve, não se preocupe... A greve é por tempo indeterminado e grande número de professores acredita que as aulas só recomeçarão em agosto. E os formandos? E os 12 mil alunos da UFSC, vão fazer o quê nesses três meses? Mais importante do que tudo parece ser a defasagem salarial dos professores.

Para Paulo Lovato, primeiro secretário da Apusc (Associação dos Professores da UFSC), o poder aquisitivo dos docentes já diminuiu quase 50% e a defasagem salarial de março a dezembro do ano passado foi de 2,2 salários, ou seja, ao invés do professor receber 12 salários em um ano, recebeu apenas 9,8 salários, "porque a URP não recupera o que a inflação come".

A data-base para o dissídio dos professores passou de março para janeiro, esse ano e a diferença entre o reivindicado e o que conseguiram foi de apenas 0,97%, porém, a reivindicação de abril já era de 76% de reajuste. Em maio subiu para 95% porque, segundo o Dieese, a inflação de abril foi de 12%.

NÃO É SÓ SALÁRIOS

Enquanto os professores esperam um aumento de 95% e os servidores de 89%, os alunos continuam acreditando que a causa da greve é a melhoria na

qualidade de ensino. É interessante lembrar que em 1984 os professores da UFSC ficaram 84 dias em greve. Em 87 a greve durou um mês e meio. Imediatamente quando saiu o aumento para os professores eles retornaram às aulas.

Uma das razões da greve, como explica o professor Lovato, é a Exposição de Motivos nº 91, que reivindica 27,8% do orçamento geral da universidade para OCC (Outros custeios de capital). Esse aumento das verbas seria para melhorar o nível de ensino. Em 87 também pediram 27,8%, mas só conseguiram 12% e a garantia de que em 89 seriam 15%. Só que, ao contrário do combinado no ano passado, apenas 9% do orçamento da universidade foi para OCC e este ano apenas 3%. Isto significa, segundo a APUFSC, que a UFSC não tem verbas para se manter nem por mais dois meses.

A adesão dos professores à greve está aumentando na UFSC e no País, 26 universidades estão paradas. Segundo Angelina Bortoli, aluna de computação, "o que não dá para aceitar é metade dos professores dando aula e o resto parado. Ou todos lutam juntos ou vai se criar um impasse entre professores e entre alunos, que não podem viajar porque têm aula em uma ou duas disciplinas".

Ana Lavratti

O que os professores ganham ...

CLASSES	NÍVEIS	REGIME DE D.E.	TITULAÇÃO	
		SALÁRIO COM 20% DE GRATIFICAÇÃO	SALÁRIO COM 15% DE MES. IR.	SALÁRIO COM 25% DE DOUTOR.
TITULAR	—	1754,15	2017,50	2192,93
	4	1403,48	1615,11	1755,55
	3	1349,5	1551,92	1686,88
	2	1297,59	1492,23	1622
ASSISTENTE	1	1247,69	1434,84	1559,61
	4	1134,26	1304,5	
	3	1090,64	1254,23	
	2	1048,69	1205,99	
AUXILIAR	1	1008,35	1159,47	
	4	916,68	—	
	3	881,43	—	
	2	847,53	—	
	1	814,93	—	

... e o que eles podem ganhar

CLASSES	NÍVEIS	REGIME DE D.E.	TITULAÇÃO	
		SALÁRIO COM 20% DE GRATIFICAÇÃO	SALÁRIO COM 15% DE MESTR.	SALÁRIO COM 25% DE DOUTOR.
TITULAR	—	3420,59	3934,13	4276,21
	4	2736,78	3149,47	3423,32
	3	2631,52	3026,25	3289,41
	2	2530,99	2909,84	3162,9
ASSISTENTE	1	2432,99	2797,93	3041,24
	4	2211,82	2543,77	
	3	2126,75	2445,76	
	2	2044,95	2351,68	
AUXILIAR	1	1966,28	2260,96	
	4	1787,54		
	3	1718,79		
	2	1652,69		
	1	1589,11		

Falta de tesão afunda o movimento

Sem comida, arte
ou discussão, o
campus esvazia

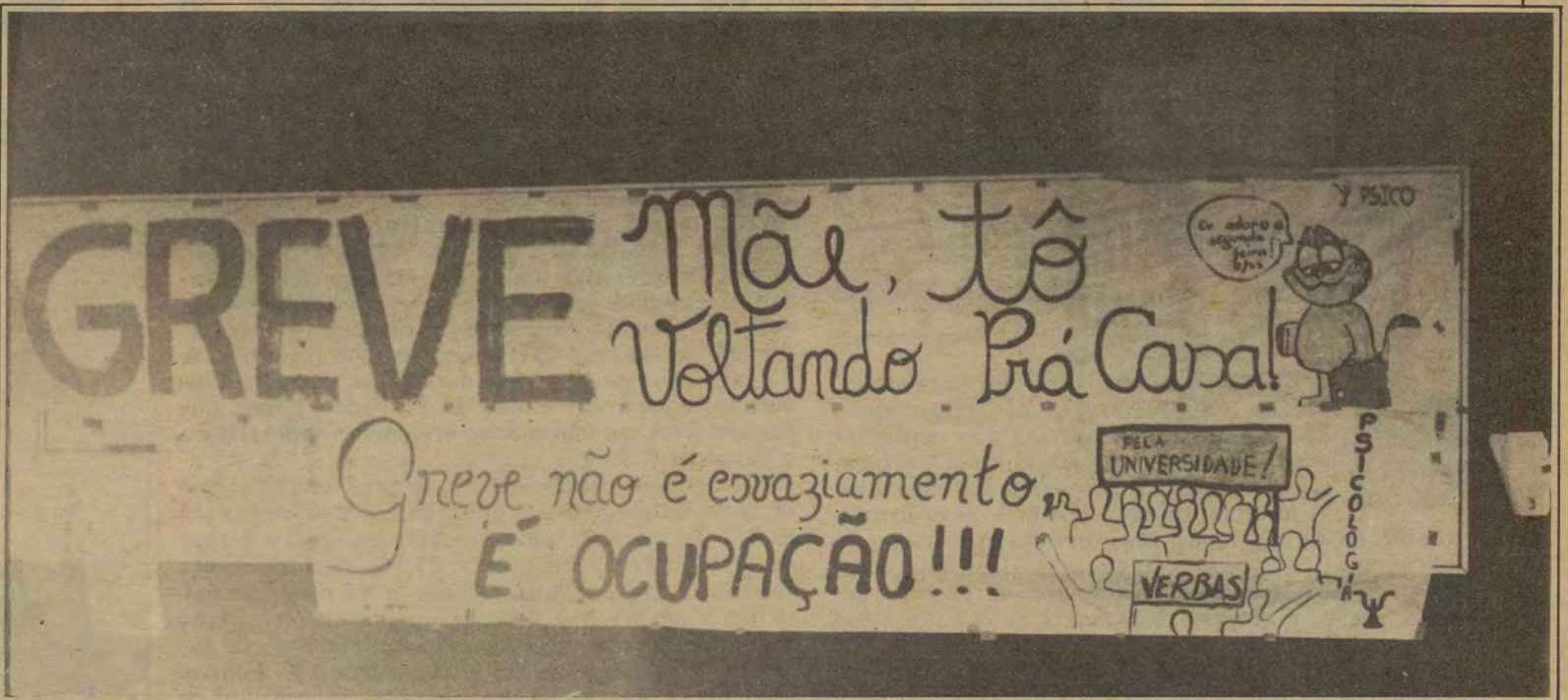
Com a greve na Universidade, os estudantes arrumam suas malas para uma longa viagem. Só que desta vez os pneus podem furar no meio do caminho. Com a paralisação dos professores e servidores da UFSC, os alunos mais participativos gritam: "Comida, discussão e arte". Mas "de discussão o pessoal não gosta muito", diz Luiz Carlos, coordenador de cultura do DCE. Com o Restaurante Universitário fechado, a comida também parou. Arte, é tentar manter o campus em ocupação com todo este vazio. Nas três primeiras assembleias, realizadas nos dias 4, 8 e 11 de maio, os estudantes tiraram indicativo de greve, em decorrência do "maior corte de verbas da história da universidade", mas inesperada para a maioria dos alunos, a paralisação sugere a pergunta: "Parar, por quê?"

"Parar porque não dá para continuar" responde Luiz. O reduzido orçamento universitário não dá para manter as bibliotecas atualizadas, nem os laboratórios equipados, além de provocar o cancelamento da viagem de estudo e pesquisas. "Faltou politizar a greve" diz o presidente do Centro Acadêmico de Medicina (Calimed), para quem a questão mais importante da luta estudantil é pela qualidade de ensino, pesquisa e extensão. Até mais do que a questão salarial, que também considera justa e uma preocupação também pertinente em muitos pronunciamentos das assembleias. Os estudantes querem o apoio dos professores para sua pauta de reivindicação, centrada na autonomia da universidade — com recursos próprios — e democracia interna para decidir o que fazer desses recursos.

"Meu país é pobre demais para prescindir de pesquisas" — disse Gandhi. Inserido num sistema educacional de 'colegião' e consequentemente despreparado para uma mobilização maciça, o contingente estudantil se polariza contra ou a favor de uma paralisação que já estava acontecendo dia a dia com muitas faltas: falta de recursos, falta de perspectivas, falta de informação e falta de inserção da universidade junto à comunidade que a mantém.

"Nunca foi tão importante a mobilização orgânica de todas as categorias por ensino público" diz Célia, secretária de humanas do DCE. "Daí a proposta de um Comando Unificado entre professores, estu-

Foto: Murilo Napolini/Zero



Na briga das faixas, venceu a de cima, por puro tédio

dantes e servidores, decidida na primeira assembleia. O que muitos estudantes não sabem, é que o ensino público pode estar com os dias contados. Opinião reforçada pelo presidente do Calimed que aponta o governo como grande interessado em desacreditar as instituições públicas, como ensino e saúde, para privatizá-las. Mas, o que fazer?

Organizar uma greve estudantil nas atuais circunstâncias é abortar qualquer possibilidade de mobilização, reconhecem os dirigentes estudantis. Por isto está se mantendo o indicativo de greve na tentativa de agilizar o movimento. Mas a paralisação "inesperada" já levou muitos para casa. Enquanto isto, em passagem pela UFSC o secretário de exatas da UNE, Vitor Salazar, relatava o movimento

de resistência dos estudantes no resto do País e dizia que a mobilização em S.C. ia depender das circunstâncias. "O movimento está murcho por causa das circunstâncias", insiste Luiz do DCE. "E lá se vão as lembranças de 68..."

"Cansei de ser engajada" dizia uma estudante de jornalismo ao final da segunda assembleia acrescentando: "O pessoal pensa que estamos na Sorbonne em 68". Saudosismo ou não, enquanto a primeira Assembleia contou com mais de 1000 estudantes, a segunda não tinha nem trezentos, e a terceira em torno de cem alunos.

"Não vamos deixar que acabem com a Universidade para pagar a dívida externa que não é nossa" soava de uma kombi, chamando os estudantes para a terceira assembleia, dia

11. O presidente do Calimed aponta a crise do "assembleísmo" como um dos fatores do esvaziamento: significa a transferência das decisões sempre para uma próxima assembleia.

Mas nem tudo é marasmo. Em alguns cursos tenta-se manter discussões e avaliações. Papos sobre drogas, sensualidade e psiquiatria social são promovidos pelos centros de Filosofia, Agronomia e Medicina. Os estudantes de Ciências Jurídicas continuam 'direitos' em aula. A participação dos alunos de Economia é garantida durante a Semana de Economia. O Centro Tecnológico deve se manter na ativa com o I Seminário Nacional de Ciência Tecnologia e Iniciação Científica entre os dias 26 e 28 de maio. Alguns centros acadêmicos prepararam-se para receber ou enviar

estudantes em encontros nacionais. O DCE prepara a mostra de cinema: "Os 90 Anos do Cinema Brasileiro" para a segunda quinzena de junho. E promete vídeos, com discussão, no período de greve". Porque de arte o pessoal gosta". Alguns estudantes de jornalismo se mantiveram ocupados fazendo este jornal e boletins.

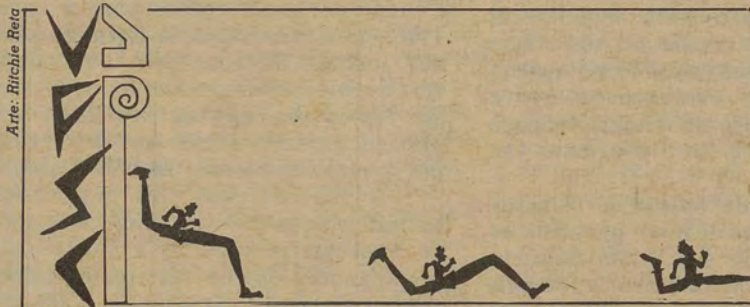
"O banheiro é o jornal mais real e liberal do mundo" profetiza um banheiro do Centro de Ciências Humanas (CCH). Nele está um aglomerado de papel higiênico ao lado de uma vassoura convidando algum "descendente" a entrar em ação: "a sujeira de quem pára, ou continua, sem saber por que".

Karin Vêras

UNE agita greve por mais verbas

A universidade pública está em crise há pelo menos uma década. Os constantes problemas de faltas de verbas, defasagem salarial e qualidade de ensino — entre outros —, já provocaram várias greves de alunos, professores e funcionários. Agora em 1989, espelhando a conjuntura brasileira, a situação do ensino superior no país se agravou muito, colocando novamente em cheque a universidade pública e gratuita. Frente a este quadro, professores e funcionários deflagraram greves a nível nacional enquanto os estudantes marcaram o início de sua paralisação a partir do dia 16 de maio.

A decisão dos estudantes, pelo indicativo de greve para o dia 16, foi tomada durante a realização do Conselho Nacional de Entidades de Base (Coneb), em Curitiba nos dias 6 e 7 de maio. Lá, oitocentos representantes de 250 centros acadêmicos, estabeleceram a pauta de reivindicações do movimento e um cronograma nacional de atividades. Da pauta de reivindicações se destaca a exigência de 27,8% de OCC (orçamento de



custeio e capital), que na verdade é o dinheiro que paga qualquer gasto da universidade que não seja salário e que atualmente está no patamar de 2,3%. Ainda no Coneb, decidiu-se buscar a unificação da greve com a dos professores e servidores, mas com uma atitude clara: a luta principal deverá ser por mais verbas e não apenas por aumento salarial. No sentido de unificar os movimentos e mudar o eixo de reivindicações foi efetivada no dia 10 de maio, uma reunião entre UNE, Andese e Fasubra.

Apesar das decisões tomadas e do indicativo marcado, ainda restam muitas dúvidas sobre o grau de mobilização e conscientização dos estudantes, coisa que, forçosamente, determinará o poder de pressão do movimento. Segundo a avaliação de Ubiratan Félix, diretor da UNE, a força da organização estudantil é irregular no país, obedecendo as especificidades locais, ou seja, onde há mais problemas há mais mobilização. Seguindo seu raciocínio, Ubiratan coloca que a greve tende a se

fortalecer com o decorrer do tempo, pois os problemas aumentam a cada dia e, sem luta, não há perspectiva de solução. É de se perguntar se a situação não está complicada o bastante. Mesmo que a situação exija uma atitude, esta não será tomada se não houver consciência dos problemas.

O governo não está exatamente aberto a negociação e já mostrou que nem pensa em conceder um aumento no início de OCC, discute apenas uma suplementação de verbas, o que somente adia o problema. Assim sendo, mesmo com uma greve forte e coesa as vitórias serão difíceis. Caso os universitários não tenham claras as razões pela qual paralisam, não participem efetivamente do movimento, não mostrem que possuem união e força, ou simplesmente confundam greve com férias, é muito provável que os objetivos do movimento estudantil não sejam, nem de perto, alcançados.

Pedro Saraiva

Professores começaram tudo em 79

Isonomia, reajustes e criação da Andes foram as conquistas

Nos últimos dez anos, as pautas de reivindicações dos professores da Universidade Federal de Santa Catarina não mudaram muito. Ainda hoje, os docentes exigem salários mais dignos, elevação do índice de destinação orçamentária para manutenção da universidade, abertura de concursos públicos para contratar mais pessoal. Das conquistas, dá para ressaltar os reajustes salariais exigidos em cada greve, a criação da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes) e a elaboração de um plano de carreira que atende os anseios da categoria. O que mais complica nas negociações é "o governo sem honra, fisiológico, ilegítimo, corrompido, autoritário e que desonra os seus compromissos", diz Osvaldo Maciel, professor do Departamento e Bioquímica da UFSC e ex-presidente da Andes.

O ano de 1979 foi de "ensaio de greve", avalia Maciel, explicando que no mês de setembro houve uma paralisação de um dia, para reivindicar a adoção de um plano de carreira para o funcionalismo e reajustes semestrais: nenhuma das exigências foi atendida pelo MEC, então pilotado pelo professor Eduardo Portella.

A partir do segundo semestre de 80, a mobilização dos professores nas universidades federais foi crescendo. O encontro nacional da categoria (na época, ainda sem a Andes), em julho na Paraíba, deliberou por uma pauta de reivindicações com cinco básicos pontos: 48% de reposição salarial, retroativos a março de 80; reajuste semestral; revogação da lei que regulava a nomeação de reitores das fundações pelo Presidente da República; 12% do orçamento federal para a Educação e o envio de anteprojeto do plano de carreira ao Congresso Nacional. Na defesa dessas exigências, os professores deflagraram a primeira greve nacional da categoria, de 40 dias, entre novembro e dezembro de 80.

Paralisaram 19 das universidades federais autárquicas (isto é, sustentadas inteiramente pelo Governo) e quatro fundações. Mas foi obtido nas negociações com o novo ministro-general Rubem Ludwig, a reestruturação da carreira, um reajuste que atingiu quase 100% em função disso e o enquadramento de uma série de professores mantidos sob o título de "colaboradores".

Em fevereiro de 81, fruto dessa organização crescente dos professores, é criada a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes), que a partir daí encampa os movimentos a nível nacional. O primeiro presidente da Andes, "repositório histórico do movimento", foi o professor Osvaldo Maciel.

Os itens não atendidos da pauta de reivindicações de 1980 foram as causas de nova paralisação, entre outubro e novembro de 81. Além daqueles pontos, os professores exigiam, também, aposentadoria com salário integral e licença sabática. Conquistaram reposição salarial de 30% e a integração de novos professores "colaboradores" ao quadro de pessoal. A partir desta greve, começou a luta por elevação do índice do orçamento federal para a educação, na época 8,5%, que resultou na Emenda João Calmon.

O ano de 84 levou consigo a maior paralisação da história do movimento. Durante 84 dias, professores de todo o país exigiam do governo federal as mesmas bandeiras: reajuste semestral; aposentadoria integral; abertura de contratações; mais verbas para a educação e plano de carreira. Na UFSC, as mobilizações tiveram o colorido especial de estudantes e servidores, o que originou assembleias gerais com até oito mil pessoas presentes. Os resultados da paralisação só foram sentidos no início de 85, no caso do reajuste de salário, e na metade do ano, com a aprovação da Emenda Calmon que destina 13%, no mínimo, do orçamento federal para a educação.

Três anos depois, em 87, os professores pararam de novo, exigindo plano único de carreira, aplicação da tabela salarial, aposentadoria integral e verbas de OCC correspondentes a 27,8% do Orçamento Global da Universidade. Depois de 44 dias parados, entre 25 de março e 8 de maio, garantiu-se o plano único de carreira, estabilidade e licença especial sabática, além da garantia e que o Governo Federal enviaria, a partir do ano seguinte, percentuais de OCC na ordem de 15%. "Nós fizemos o governo recuar no sentido de admitir que tem que haver uma relação entre OCC e OG", lembra Maciel, mas até hoje o MEC afirma que só pretende negociar em cima de cifras, não de índice. "O governo desonrou o compromisso que assumiu", critica Maciel.



Em 81, exigência de mais verbas paralisou os estudantes

Arquitetura começou movimento por melhores condições

Na primeira vez que os estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina paralisaram as atividades para reivindicar a contratação de mais professores e lutar por mais verbas para o ensino público, em 1981, as Assembleias de Estudantes eram manchete dos jornais diários. Oito anos depois, ainda sem verbas, o Movimento Estudantil - repleto da nostalgia típica dos militantes - não leva mais de mil pessoas às Assembleias que deliberam, por exemplo, por paralisar ou não as atividades discentes.

A reconstrução das organizações estudantis, tornadas ilegais ou atreladas à reitoria pelo governo de exceção pós-64, veio junto com as primeiras mobilizações dos universitários contra o arrocho ao ensino público patrocinado pelos militares. O ano de 1979, além da posse do general João Figueiredo na presidência da República, com as promessas de abertura lenta e gradual, trouxe consigo as primeiras eleições diretas para o Diretório Central dos Estudantes "Luiz Travassos", da UFSC. Paralelamente, ocorreu também a primeira paralisação, dos estudantes de Arquitetura, que na época batalharam pela ampliação do espaço físico do Curso e pela contratação de mais professores.

A abertura de 11 cursos novos após 76, seguindo a política expansionista do "crescer o bolo e depois dividir", deixou os universitários numa situação complicada: embora se abrissem disciplinas novas a toda hora, não havia professores para su-



prir essa demanda. Para piorar, os cortes sucessivos de destinação orçamentária para manutenção da universidade se agravavam a cada ano.

Em meados de agosto de 81, já paralisavam os cursos de Arquitetura, Engenharia Sanitária, Engenharia Química e Biologia. Todos reivindicavam contratação de professores em regime de Dedicação Exclusiva, mais verbas e mais espaço físico. O então reitor Ernani Bayer afirmava que os recursos dariam somente até o final de agosto. Além disso, 1770 pedidos de matrícula para o segundo semestre não foram atendidos por falta de professores e havia turmas com superlotação de alunos.

O presidente do DCE em 81, Nildo Ouriques, afirmava que "a universidade está falida e o reitor administrando a crise". Ouriques referia-se ao déficit de Cr\$ 680 milhões, necessários à continuidade do funcionamento da UFSC. A gravidade da situação obrigou a Assembleia Geral, com mais de cinco mil estudantes, a decretar greve, no dia 27 de agosto. Foi manchete de jornal.

A paralisação das aulas durou vinte dias, com apoio dos professores e críticas da reitoria e de parte da comunidade. Apesar do "racha" na Assembleia que definiu a volta às aulas com sete mil estudantes presentes, a greve acabou, por falta de um movimento de reivindicação nacional, sem conquistas. No entanto, o curso de Arquitetura permaneceu paralisado, por 47 dias, e conquistou boa parte dos professores que precisava, além da garantia de que o espaço físico seria ampliado conforme chegassem verbas de Brasília.

Junto com as mobilizações que levaram à greve, começou a discussão sobre a construção de Centros Acadêmicos Livres, desvinculados da estrutura de Diretórios Acadêmicos - ligados à reitoria e que representavam os centros, não os cursos. "Depois do Centro Acadêmico Livre de Arquitetura (CALA), o primeiro a assumir a nova forma, a discussão

cresceu como uma bola de neve", lembra Cláudio Pacheco, 25 anos, ex-presidente do DCE, há tempo suficiente na universidade para "assistir à terceira copa do mundo agora aqui dentro". Cláudio, mais conhecido no meio militante sob a alcunha de Matogrosso, faz um passeio emocionado na história do ME e lembra das mobilizações que resultaram na paralisação dos professores de 1984.

Depois do período de reestruturação dos CAs, veio o II Congresso Interno dos Estudantes da UFSC, que reuniu 105 delegados de cursos para definir as reivindicações dos estudantes para a universidade. No documento de resoluções finais constava, entre outras bandeiras, a "luta para que os orçamentos das universidades sejam suficientes, nenhum aumento no RU" e "greve geral como forma principal de luta".

O Centro Tecnológico arrastava os cursos na época da campanha pró-diretas, com tambores, bandeiras da UNE e UCE (União Catarinense de Estudantes), barulhaços nos centros", lembra Loureci Ribeiro, também diretor do DCE na gestão "Proibido Estacionar", entre 85/86. Naquele ano, depois dos 84 dias de greve dos professores, ocorriam assembleias-monstro, que reuniam sete, oito mil pessoas na frente do prédio da Reitoria, entre estudantes, professores e servidores, para decidir sobre a recuperação ou não de aulas.

Passada a greve de 84 e as mobilizações de 85 pela meia-passageira escolar e contra os aumentos do Restaurante Universitário, o Movimento Estudantil só voltou a aparecer de novo em 88, quando estudantes e professores paralisaram as aulas por uma semana, para exigir a revogação dos decretos 95682 e 95683, que impediam a contratação de novos professores para o quadro funcional das universidades. A justificativa para o fim da greve, sem conquistas, foi a mesma de 81: não houve movimento nacional de reivindicação.

Greve geral para a UFSC



Bons tempos: em 81, assembleias reuniam milhares e davam manchete

Cerca de cinco mil estudantes da UFSC decidiram, com a maioria de 60%, paralisar as aulas por tempo indeterminado, até que a Administração atenda a pedidos feitos por diversos cursos. Até ontem, quatro cursos haviam suspendido atividades: Engenharia Sanitária, Arquitetura, Psicologia e Biologia. A votação na assembleia de ontem, realizada num dos Ginásios cobertos do campus, foi equilibrada e teve de ser feita duas vezes para o conferimento. Contudo, os estudantes de Engenharia Elétrica, Civil e Mecânica não aderiram ao movimento. Os professores, que ontem divulgaram uma nota oficial contra "o clima de ameaças" vão se reunir hoje às 10 horas em assembleia geral, no auditório da Reitoria para uma

Servidores só brigam por salários

Base sempre puxou a diretoria. Em 84 veio o caráter nacional

A história do movimento dos servidores na Universidade Federal de Santa Catarina não teve o auxílio das lideranças da Associação dos Servidores. De 1982, quando as mobilizações começaram, até este ano, a Associação "sempre foi a reboque do movimento", como afirma Antônio Carlos da Silva, 43 anos, desde 7 na UFSC e ex-diretor da Associação.

Desde 1981, quando assumiu pela primeira vez a diretoria da Asufsc, a chapa "Novo Rumo", depois "Força do Servidor" (hoje encabeçada por Rogério Laureano, depois que João Batista, o presidente eleito, saiu para assumir cargo na administração da universidade) conquistou a hegemonia "sustentando uma política paternalista", segundo Silva.

A primeira paralisação da categoria foi em novembro de 82, já a nível nacional e durou 28 dias. A greve ocorreu para exigir do governo reposição salarial, assim como no ano seguinte, 83, quando a paralisação durou uma semana. Mas "a Asufsc não colaborava, não organizava as assembleias gerais e frequentemente se posicionava contra a categoria, falando do 'perigo' que era fazer greve e dos 'oportunistas' que desejavam a paralisação", ataca Antônio Silva.

Em 83, a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra) trocou a antiga diretoria, ligada ao governo militar, por uma mais combativa e as mobilizações nacionais começaram a ter mais peso. Na grande paralisação de 1984, que durou 84 dias, os servidores se integraram à greve dos docentes para exigir reposição do salário, na época dos arrochos pilotados por Del-

fim Netto. "Sessenta por cento da categoria estava com os rendimentos abaixo de um salário mínimo, embora recebessem suplementação, o que dava um pouco mais", lembra Silva. "O presidente da Asufsc na época Luís Prazeres, quase morreu de úlcera depois da greve. A Força do Servidor defendia contra a greve".

A conquista do reajuste salarial depois da paralisação extensa, cansou o movimento e a nova greve só foi ocorrer de novo no fim de 86. Os servidores começaram a luta pela isonomia salarial numa greve de 30 dias, entre setembro e outubro, contra o "Projeto Gerus", do governo federal, que estabelecia níveis salariais incompatíveis com as reivindicações do movimento. Essa batalha continuou já no começo de 1987, quando entre março e abril os servidores das universidades de todo o país pararam com o objetivo de pressionar o governo a assinar o projeto de isonomia negociado na greve de 86, que atendia grande parte das exigências da classe. Mas até para a implantação dos novos níveis, foi preciso fazer uma greve de 20 dias, entre novembro e dezembro de 87.

No começo de 88, já com os bolsos satisfeitos com o "bom nível salarial que a isonomia trouxe, embora ainda abaixo dos índices estabelecidos pelo Dieese como ideais", afirma Antônio Silva, os servidores não aderiram às manifestações de estudantes e professores contra os decretos 95682 e 95683 que impediam a contratação de pessoal para as instituições de ensino.

"A greve dos servidores foi sempre parcial. O maior confronto entre reitoria e Asufsc foi em 84, mas a Associação estava a reboque do movimento", avalia Silva, que é arquiteto e funcionário do Escritório de Projetos e Obras da UFSC - Etufsc. Uma boa explicação para a falta de ousadia das direções da Asufsc é o poder político da Associação que, para Silva, "conseguiu eleger dois reitores".

Textos Jaques Mick

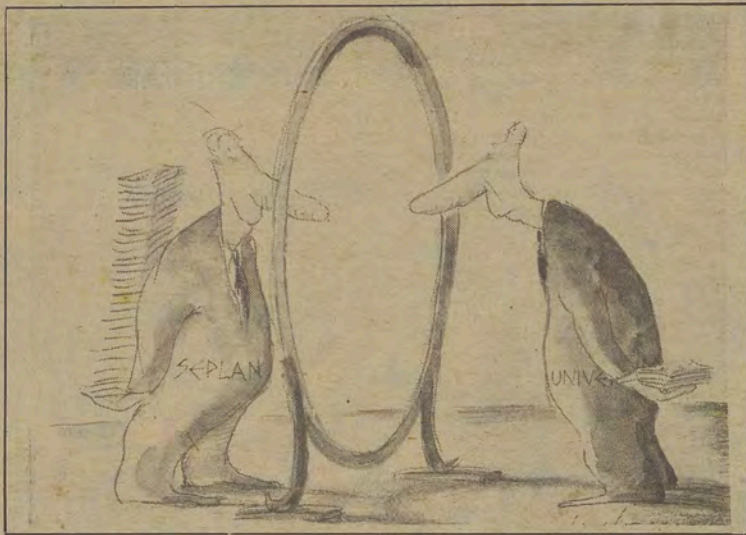
Universidade não tem mais conta no banco

Saiba aqui
como trafegam
suas despesas

O problema emergencial da universidade pública é a falta de verbas, que impossibilita a manutenção e execução de suas atividades essenciais. O orçamento global (OG), recebido pelas universidades é dividido em Orçamento Pessoal (OP), destinado à folha de pagamento de professores e servidores e em orçamento de Outros Custeios e Capital (OCC), verba que cobre o restante das despesas da universidade. O ideal seria que o governo locasse para Outros Custeios e Capital o percentual padrão reconhecido internacionalmente, que é de 30%, mas em 89, somente 2,34% foi reservado para essa área. Como o maior índice de OCC ocorrido no Brasil foi de 27,8% em 1973, o Movimento Docente vem mantendo a reivindicação deste valor.

O plano verão reduziu o valor da OCC em 50%, por causa da contenção de despesas. A contenção acabou e o governo devolveu os outros 50%. Porém, como a inflação de janeiro ultrapassou 100%, as verbas para o OCC, na verdade, continuam pela metade.

Além das verbas serem insuficientes, todo orçamento tem que ser aprovado pela Secretaria Geral do Tesouro Nacional, órgão que centraliza o dinheiro destinado à educação. Esta centralização é feita através do Sistema Integral de Administração Financeira (Siafi), via computador. O sistema está sendo implantado desde 1986, inicialmente os ministérios e instituições de administração direta. A partir de 1987 a introdução do Siafi se deu de forma gradativa até a implantação, do que, o governo chamou de conta única - desde esta data os recursos do governo federal foram totalmente canalizados em forma de crédito. Assim, a universidade pública não tem mais saldo bancário. Os pagamentos são feitos no Banco do Brasil através das chamadas notas de empenho, e não em moeda



corrente. Nota de empenho é uma espécie de vale que garante ao credor o pagamento das dívidas. As informações sobre o Siafi foram fornecidas por Vânia Becker, analista de sistemas do Departamento de Contabilidade e Finanças da UFSC, com a condição de que a entrevista fosse presenciada por sua atenta superiora. Apesar de Fernando Fonseca, pró-reitor de Administração ter afirmado que a reitoria não tem nada a esconder, Vânia só pôde falar do funcionamento técnico do sistema e seus benefícios. E mais não disse.

Mas nem só de vantagens é formado o Siafi. Para o pró-reitor de Administração, o sistema dá uma segurança administrativa muito grande porque com a informatização, a possibilidade de erro diminui. Só que "ainda ocorrem alguns percalços - pagamentos que têm que ser feitos com urgência podem atrasar quatro ou cinco dias. Às vezes o programa do computador sai do ar por um dia inteiro", adverte. Outro problema é que "no sistema antigo havia possibilidade de mudar as verbas de um setor para o outro. Por exemplo: o dinheiro excedente para compras de material de consumo poderia ser usado na compra de material permanente. Agora isto não é possível", conclui Fernando.

Tanto ele quanto Marcos Ferreira, vice-diretor do Centro de Ciências Humanas (CCH) e integrante da comissão GT-Verbas, discordam que "ficava muito dinheiro do governo parado na conta bancária das universidades" conforme Vânia Becker. Eles não acreditam

que houvesse tanto dinheiro sobrando.

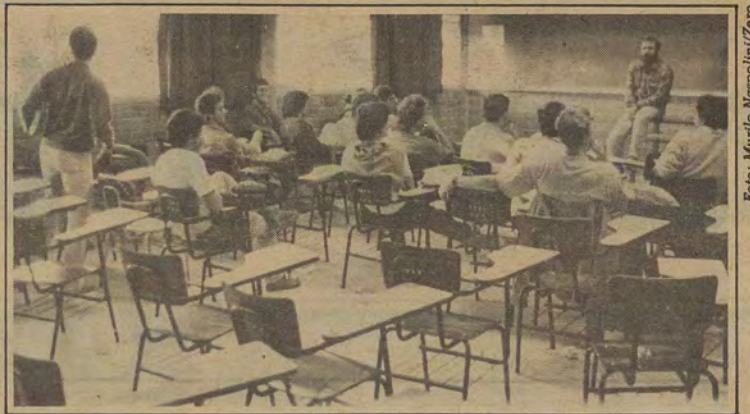
Para democratizar a distribuição dos recursos da UFSC, representantes da Apufsc, DCE e Asufsc, formaram o Grupo de Trabalho Sobre Verbas. Os participantes do GT-Verbas acreditam que a formulação e execução do orçamento deve ser de baixo para cima e não de cima para baixo, como vem ocorrendo. "É que o orçamento é executado pela Reitoria de acordo com a política administrativa ou até a política traçada pela administração central" admite o pró-reitor de Administração.

O GT-Verbas vem desenvolvendo esforços para implantar um sistema de Informação Sobre Verbas, criado pelo professor Elias Jorge da Universidade de Belo Horizonte. A partir de dados fornecidos pela Secretaria de Orçamento e Finanças, MEC e UFSC, o sistema vai formular relatórios cujos dados serão utilizados para subsidiar estudos sobre a execução orçamentária.

O Ministério de Educação e Cultura avisou que em 1990 vai ceder verbas suficientes para cobrir as necessidades de material das universidades públicas. Para avaliar o volume financeiro que cada uma delas necessita, os Centros de cursos deveriam elaborar seus orçamentos até o dia 17 de maio deste ano destinados à Reitoria, que redigirá um documento único.

A expectativa de professores, alunos e direção é de que esta iniciativa por parte do MEC amenize as dificuldades que a Universidade está atravessando.

Ana Coelho Carla Lavina



A greve estava decretada: ele "conscientizava?"

Deu aula para paredes

Um fóssil. Foi assim que uma aluna definiu o professor Tabedo, de Paleontologia, que além de não aderir à paralisação, deu aula para uma sala completamente vazia. "Ele foi o único que não aderiu à greve no nosso curso e os alunos se recusaram a entrar na sala", disse a estudante inconformada com a atitude do "mestre".

Assim como esta aluna, a maioria dos univesitários estão criticando a paralisação parcial. Para eles, os professores que não acompanharam a decisão da categoria estão prejudicando os estudantes que gastam com transporte e alimentação para assistir uma ou duas aulas por dia.

Nos Centros Acadêmicos, os alunos afirmam que só haverá apoio à greve dos professores desde que eles lutem pela questão de verbas para a Universidade e melhores condições de ensino. A presidente do CA de Farmácia, Fernanda Magrini, disse que o curso vai continuar paralisado se os professores retornarem às aulas sem que estas questões estejam resolvidas. Já os repre-

sentantes do curso de Direito, estão preocupados com a atitude dos professores que segundo eles, "não assmiram a greve e continuam em cima do muro". A secretária geral do Centro, Cátia Krewinke, disse que desta vez os alunos vão cobrar uma posição dos docentes que continuam alheios aos acontecimentos da comunidade universitária.

Além do Direito, os cursos de Ciências Contábeis e Engenharia Mecânica continuam funcionando normalmente. Na Mecânica, muitos alunos apoiaram a decisão dos professores em furar a greve da categoria. É de conhecimento geral que o curso de engenharia mecânica da UFSC é o melhor do país. Talvez o curso não esteja ameaçado por falta de verbas como a maioria da universidade, pelos inúmeros convênios que mantém com a iniciativa privada. Mas é um tradicional fura-greve: competentes no ensino, mas incompetentes sociais.

Márcia Carvalho

Lição de egocentrismo

A professora Vildes Maria Scussel, do departamento de Tecnologia de Alimentos, pelo visto não quer perder as férias de julho. Não aderiu à greve dando aula todas as segundas, terças e quintas-feiras, no Centro de Ciências Agrárias. No seu entendimento a greve dos professores só tem uma pauta de reivindicação: o aumento do salário. Esquece, portanto, entre outros itens, um que lhe diz respeito, que é a falta de verbas para a UFSC. Ministrando aulas técnicas e práticas em laboratórios, numa proporção de 50% para cada uma, a professora Vildes utiliza materiais de outros laboratórios pois o seu não está em condições de uso.

Os alunos do curso de Engenharia de Alimentos pediram através de um abaixo-assinado, que as aulas fossem ministradas em apenas uma semana com ritmo acelerado para concluir o programa restante. O pedido foi negado e os alunos (a metade deles não mora em Florianópolis) foram advertidos. Se faltarem às aulas perderão matéria e não terão reposição após o término da greve.

Dona Vildes afirma que seu salário comparado com de sua irmã (que é professora de primário) é muito bom e suficiente para seu sustento.

Este é o tipo de consciência de luta da categoria ou é um caso isolado?

Márcia Telles

M.P. nº 50: retrocesso político

**Medida ilegal
mostra a cara
da repressão**

Nem mesmo todas as propagandas do Governo Federal na televisão contra a realização de greves, conseguem enganar os brasileiros e brasileiras. Ao editar a medida provisória nº 50 (antigreve), no dia 27 de abril, o presidente José Sarney conseguiu ressuscitar com uma versão muito mais dura a lei de greve da ditadura militar, sepultada pela Constituição Federal. O Governo procura inimigos e adversários para justificar a fracassada política econômica do país.

A Medida Provisória nº 50 não tem sequer sustentação legal, conforme aponta documento da Frente Parlamentar Nacionalista, da Câmara dos Deputados. "O direito de greve inscrito na Constituição é uma garantia do trabalhador e não pode ser limitado por qualquer norma infra-constitucional. O que a Constituição remete à regulamentação através da Lei Complementar é o exercício da greve no serviço público", explica o deputado federal Wilson de Souza (PSDB), um dos integrantes da Frente.

O artigo 9º da Constituição Federal coloca por terra um dos dispositivos da provisória 50. Prevê que "é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam, por meio dele, defender". Portanto, é inconstitucional querer estabelecer o número de trabalhadores que poderão, em assembleia, deflagrar uma greve. Quem vai decidir isto serão os próprios trabalhadores. O parágrafo segundo deste mesmo artigo garante que "os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei". Não é necessária, assim, medida provisória, para isto.

Já o artigo 37 da Constituição Federal deixa claro que somente a administração pública obedecerá ao direito de greve, que será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar. Mesmo aí, trata-se de lei complementar, ou seja, um projeto de lei a ser analisado profundamente pelo Congresso Nacional e não uma medida provisória. Uma medida provisória não pode disciplinar lei complementar.



"Greve selvagem. Capitalismo selvagem ... Chefe branco: PUM!"

E além das questões de ordem jurídica que envolvem o dispositivo editado por Sarney, é importante ressaltar que o direito de greve não é apenas um direito, mas um fato social. Pinochet, na Constituição que promulgou em 1981, proibiu rigorosamente o direito de greve contudo, elas irrompem com frequência cada vez maior no Chile, à medida que os assalariados ocupam espaço político.

"Não há mais clima político para um estado policial no país", afirma o documento da Frente Nacionalista, que destaca o artigo 58 da Constituição de Portugal (1976): "é garantido o direito de greve. Compete aos trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender através da greve, não podendo a lei limitar esse âmbito".

Está manifesto no artigo 9º da Constituição Federal que não cabe a uma lei reprimir o direito de greve, o que, como se vê, inclusive

seria inútil. A lei complementar destina-se tão somente, primeiro, a definir os serviços ou atividades essenciais e disposições para atendimento de necessidades inadiáveis da comunidade e, segundo, punir os abusos. "Ambas as matérias são de interesse dos trabalhadores. As greves não se dirigem contra a sociedade, mas contra os maus administradores, os maus patrões", resume a Frente Parlamentar.

Somente por uma lei Complementar o Congresso Nacional poderá regulamentar o direito de greve, que não poderá restringir direitos assegurados na Constituição.

Diante de medidas que buscam burlar a Constituição, desrespeitar os avanços sociais e as relações de trabalho tão ardorosamente conquistadas, resta agora observar qual o comportamento dos parlamentares do Congresso Nacional na apreciação da Medida Provisória nº 50.

**54% vivem
na miséria
absoluta**

Sarney é o primeiro presidente da República a apresentar em público o atestado de incompetência de seu Governo. Anunciou no pronunciamento em cadeia de rádio e televisão o número de greves que ocorre no país, o maior da história (ver quadro). Em vez de propor medidas para reverter a situação de descontentamento do povo - afinal, foi ele mesmo que relatou a paralisação de milhões de trabalhadores - passou a agredir o direito de greve. "A causa dos infortúnios não é mais o salário que se avilta, não é a dívida externa, não é a especulação financeira e nem a agiotagem. É o grévismo selvagem", deduz a Frente Parlamentar, do discurso do presidente.

AS CAUSAS

O salário mínimo, entre 1955 e 1959, cresceu, até 22,65%, acima do valor real de sua instituição em 1940 e, daí em diante, passou a decrescer. No final de 1988, era apenas 34,57% do valor de 1940. Segundo o relatório de Hélio Jaguaribe, 35% das famílias ganham até meio salário mínimo, 65% recebem um ou menos de um salário mínimo e 54% vivem em estado de miséria absoluta.

Esta é do próprio Sarney, em janeiro de 1988: "a metade mais pobre da população brasileira que, em 1960, detinha 4% da renda nacional, tem hoje menos de 3%. Os 10% mais ricos, que possuíam 39% da riqueza nacional, passaram a comandar 51%. Os pobres mais pobres e os ricos mais ricos".

QUADRO DE GREVES

1985	- 1.289 greves
1986	- 2.282 greves
1987	- 2.313 greves
1988	- 2.241 greves
1989	- 1.288 greves

(em três meses)

Responsabilizar dirigentes sindicais é "um absurdo"

Entre as tantas aberrações encontradas na Medida Provisória nº 50, o advogado trabalhista Mário Muller de Oliveira, que, juntamente com outros advogados atende grande parte das entidades sindicais combativas de Florianópolis, observa que "é um absurdo" a tentativa de se responsabilizar os dirigentes sindicais por atos praticados por pessoas que promovem quebra-quebras e outras ações de conflito, visando desmoralizar o movimento de trabalhadores. Lembra do princípio de direito que impede alguém de ser condenado por algo que outro praticou. "É ridículo o dirigente ser responsabilizado por obra de

gente estranha ao movimento, cobra mandado", protesta. Mesmo que não ocorra aprovação da Medida Provisória nº 50, Mário permanece preocupado. É que parlamentares do PMDB, em Brasília, alertaram sobre a possibilidade de, num processo infundável, o Governo Federal reapresentar medidas antigreves.

Rosemeri Laurindo

Faltam 40 mil moradias na Ilha

Até o último dia 28 de março, a limpeza de áreas públicas de Florianópolis - cidade com 451 km² e quase 230 mil habitantes - era feita pelos 1.300 garis da Companhia de Melhoramentos da Capital (Comcap). Naquele dia, juntaram-se a eles, profissionais pouco acostumados ao serviço braçal: fiscais da Prefeitura e policiais militares.

Empunhando liminar de despejo, picaretas, alavancas, cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo, os "novos garis" tinham uma missão que seria logo interrompida: varrer do mapa todas as "construções clandestinas" para transformar Florianópolis num pólo turístico internacional, "num lugar ideal para se viver". Demoliram três casas construídas num terreno da Companhia Estadual de Habitação (Cohab), área pública destinada à construção de 1.424 casas populares, na localidade de Pasto do Gado, no Continente. Outras 39 famílias, lideradas pela Associação de Moradores e Centro de Apoio ao Migrante (Caprom), reagiram à ação de despejo. Discutiram durante todo o dia com o secretário do Continente, Salomão Matos Sobrinho, e obtiveram dele a promessa de prorrogação do despejo até que a prefeitura encontrasse uma área para o assentamento definitivo.

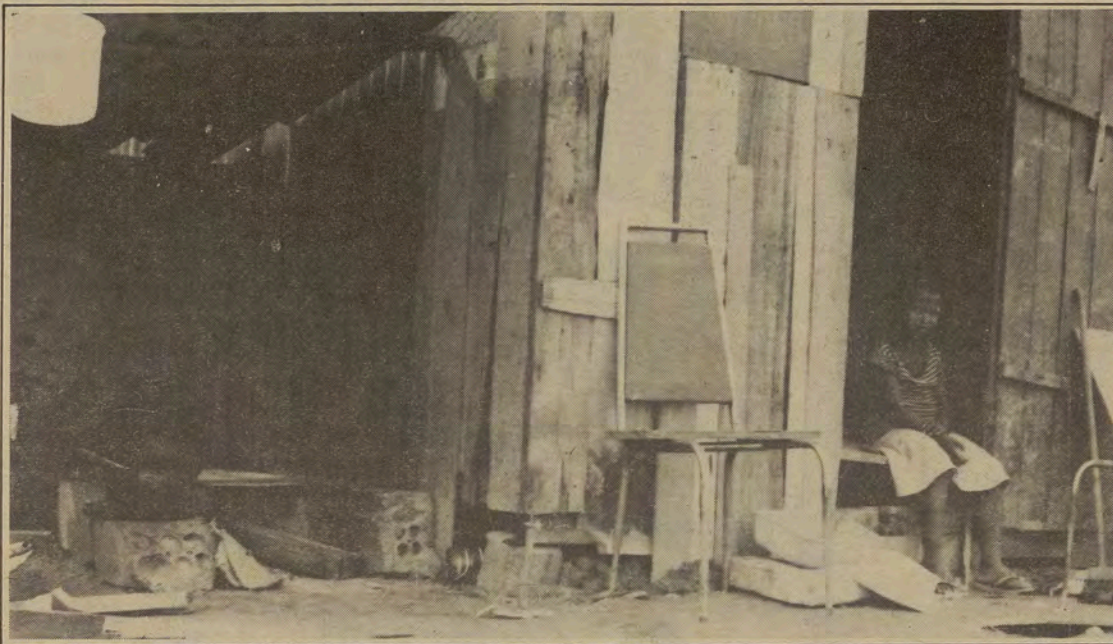
PASSEATA

A reação do Pasto do Gado foi de efeito cascata. Mais onze comunidades da periferia (750 famílias, 3.400 pessoas), também ameaçadas de terem suas casas demolidas uniram-se e ocuparam o centro da cidade, na tarde do dia 10 de abril, para exigir terra e teto regularizados. Com crianças de colo e sob um sol de 27 graus, marcharam por entre prédios requisitados que os homens constroem e onde as mulheres trabalham de domésticas.

Um morador da rua do Corpo de Bombeiros, sentindo-se incomodado com os gritos "um, dois, três, chegou a nossa vez", tentou abafar, com um balde de água fria, a voz de mais de 500 manifestantes que seguiam em direção à prefeitura. Na mesma tarde, driblaram o coronel Maury Vieira, assessor de gabinete, e falaram com o prefeito Esperidião Amin. Não conseguiram terras nem casas do ex-governador que tinha como bandeira eleitoral "Prioridade aos Pequenos". Aparentemente, fizeram-no

Conflitos de terra atingem 35 áreas na capital, mas prefeitura e governo

do estado só agem quando são pressionados



A "prioridade aos pequenos" do ex-governador Amin ...



... é a promessa de assentar 300 famílias lá pelo fim do ano.

mudar de idéia. Pelo menos, por enquanto, os pequenos não serão prioridade na "operação limpeza". Amin prometeu não demolir nenhuma casa com gente dentro.

AÇÃO CONJUNTA

Uma comissão formada por representantes dos moradores, da Câmara dos Vereadores e dos governos estadual e municipal busca agora uma solução conjunta para o déficit habitacional de 40 mil moradias em 35 áreas de conflito de solo urbano na Grande Florianópolis: Mont Serrat, Monsenhor Topp, Morro do Mocotó, Mariquinha, Morro do Céu, Morro do Horácio, Serrinha, Morro da Penitenciária, Praia do Forte, Campeche, Jardim Atlântico, Sapé, Monte Cristo, Morro do Flamengo, Vila Aparecida, Via Expressa, Morro da Caixa, Jardim Ilha Continente, Morro do Limoeiro, José Mendes, Santa Rosa, Morro Chapecó, José Boiteux, Saco Grande I e II, Santa Terezinha, Vila Esperança, Roça-

do, Procasa e Pedregal (estas três em São José), Santa Clara, Padre Reus, Caminho Novo e Guarda (em Palhoça).

Durante três rodadas de negociações, os sem-teto foram enrolados por um jogo de empurra entre o governo do Estado e a Prefeitura, que não queriam assumir o problema. Pressionados pelas comunidades, apelaram à Justiça para prorrogar por 60 dias o despejo de 120 famílias (478 pessoas, mais da metade crianças) no Jardim Ilha Continente. As autoridades, entretanto, não apresentaram nenhuma solução concreta às 783 famílias de 12 comunidades na mira dos tratores da demolição: Pasto do Gado (42 famílias), Jardim Ilha Continente (120), Santa Terezinha (57), Nova Esperança (13), Via Expressa (163), Areias do Campeche (58), Santa Rosa (42), Morro do Horácio (22), Serrinha (56), Reta da Armação (20), Mariquinha (120) e Praia do Forte (70 moradores nativos), até que 150 das

3.518 pessoas envolvidas ocuparam o prédio da Prefeitura da Capital, no dia 9 de maio.

COMPROMISSOS

Depois de 24 horas de ocupação, os sem-teto conseguiram acabar com o jogo de empurra entre os governos municipal, estadual e federal e arrancar um princípio de solução. Às 9h30 min do dia 10 de maio, PMF, governo do Estado, Cohab, Casan, Celesc e Secretaria Especial de Ação Comunitária da Presidência da República assinaram um "termo de compromisso" que prevê, entre outras coisas, desapropriação de áreas para assentamento, construção de casas populares e suspensão das ações de despejo.

Conforme o documento, de forma emergencial serão atendidas 300 famílias do Pasto do Gado, Via Expressa e Santa Terezinha, que estão com audiências marcadas para o mês de junho. O prefeito interino, Bulcão Vianna (PFL), deve enviar à Câmara de Vereadores, ainda este mês, proje-

to a ser apreciado em regime de urgência, dispondo sobre desapropriação de terreno para assentar as 300 famílias e liberação de recursos com a venda de lotes públicos disponíveis em Canasvieiras. Além disso, a Prefeitura tem que obter recursos para implantar a infraestrutura na área desapropriada, organizar mutirões e prestar atendimento em saúde, educação e preparação profissional.

O governo do Estado encarregou-se de repassar recursos à PMF para a compra do terreno e fazer com que os órgãos a ele subordinados cumpram o documento. A Cohab fará os projetos e construirá as 300 casas populares e deve elaborar um programa de financiamento e titulação dos lotes. A Casan assumiu a implantação dos serviços de água e esgoto; a Celesc, o fornecimento gratuito do sistema de eletrificação; e a Seac entrará com recursos na construção das casas (se a prefeitura desse terreno, a Seac poderia ajudar a construir até 1.000 casas populares em mutirão).

Mas a luta dos sem-teto não termina com a assinatura do documento. As 12 comunidades que já resistiram à demolição das casas, mantêm-se mobilizadas para cobrar a execução do "termo de compromisso". A Seac põe Florianópolis entre as prioridades do Projeto de Lotes Urbanos, lançado no dia 11, pelo presidente Sarney. Os primeiros assentamentos na Capital, entretanto, não devem ocorrer antes do final do ano, por causa dos demorados trâmites burocráticos dos projetos.

A Comissão de Coordenação das Associações de Moradores de Florianópolis tem claro que o poder público só age sob pressão. "Se não tivéssemos ocupado a prefeitura, não teriam assinado o documento, que acena com o início de uma política habitacional" avalia o padre Wilson Groh. Daqui pra frente, a comissão vai continuar se reunindo com o secretário municipal da Saúde e Bem-Estar Social, Luiz Alberto da Silveira, para encaminhar na prática a conquista que as comunidades festejaram na manhã do dia 10 de maio, com passeata pelo centro da cidade, depois de passarem uma noite com fome e frio, dormindo nas cadeiras e no chão do auditório da Prefeitura.

Fotos: Jaques Mick/Zero

“Florianópolis dá pena” ...

Vale a pena?

20 migrantes

chegam por dia

Florianópolis não é uma ilha, isolada do mar de problemas urbanos que atingem as cidades do mundo todo. Estatísticas da Organização das Nações Unidas indicam que, no ano 2025, mais da metade (65,2%) da população da Terra estará vivendo nas cidades, a maioria nos “cinturões de miséria” - em 1950, eram 28,9% do total. Na América Latina, a população urbana, que era de 40,8% na década de 50, passará para 83,6% em 2025.

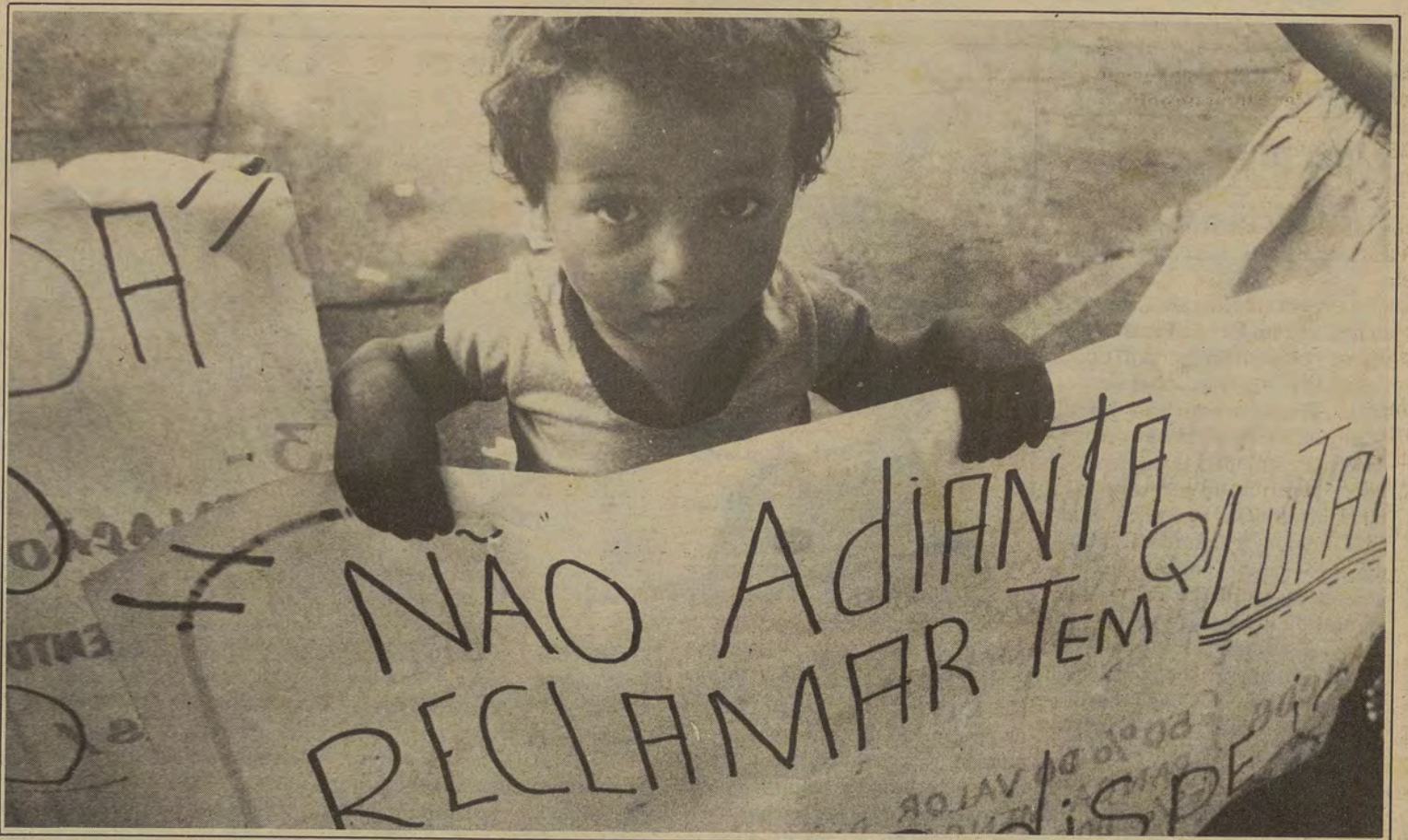
No Brasil, a população não parou de migrar, desde que os portugueses desembarcaram aqui, em 1500, e deram o primeiro “chega-pra-lá” nos índios. Nos anos 50, quando o País entrou na fase de industrialização acelerada, aconteceu o primeiro grande salto de urbanização. Em dez anos, graças também à expulsão do homem do campo, a população urbana cresceu 68%, enquanto a população total do País aumentou 35%, segundo dados da revista “Retrato do Brasil”.

No sul do País, a mecanização acabou com as pequenas propriedades agrícolas. Santa Catarina já não é mais o “paraíso do minifúndio”. Tem hoje 140 mil famílias (700 mil pessoas) sem terra. São eles, junto com os pequenos produtores rurais desmotivados pela política agrícola do governo, voltada para o grande capital agrário, que vão engrossar as fileiras de desempregados nas cidades industriais (Criciúma, Blumenau, Joinville, Brusque) e agroindustriais (Lages, Concórdia, Chapecó).

Na Capital, o inchaço da periferia se agravou a partir da década de 70, na esteira do “milagre econômico” dos militares, do “boom” da construção civil e da febre do turismo.

PALIATIVOS

O prefeito licenciado e ex-presidenciável Esperidião Amin (interventor na Prefeitura de 1975-78) sugere que, com a ajuda do governo, sejam instalados mais três Centros de Apoio ao Migrante no interior do Estado (Criciúma, Lages e Chapecó), para cortar o êxodo rural pela raiz. “Mas aí está a necessidade de uma reforma agrária e uma política agrícola que garantam a permanência do agricultor na roça”, diz o padre Vilson Groh, do Centro de Educação e Evangelização Popular.



Sem reforma agrária no campo, 600 migrantes por mês tentam a Capital



A política habitacional do ex-presidenciável Amin ...



... não agrada os milhares de sem-teto da Ilha.

As prefeituras de cidades industriais, com maior arrecadação, buscam soluções caseiras. Com recursos da Secretaria Especial de Ação Comunitária, apoio técnico do governo estadual e maquinário próprio, constroem casas populares em mutirão com a comunidade. A propaganda do governo do Estado espalha que, nos últimos dois anos, foram construídas 14 mil moradias através deste sistema e que até o final do mandato do governador Pedro Ivo, em 1990, serão 52 mil.

“DÁ PENNA”

Uma pesquisa realizada pelo Caprom estima que, diariamente, desembarcam em Florianópolis de 15 a 20 migrantes, vindos das mais diversas cidades de Santa Catarina e até de outros estados. Comprova ainda que, além disso, ocorre uma migração das praias para o centro, “por força da especulação imobiliária”.

— Aqui não foi construída nenhuma habitação popular pelo sistema de mutirão porque a prefeitura não dá terreno”, afirma o subsecretário da Casa Civil, Murilo Canto. “A PMF não tem dinheiro para desapropriar terra nem vai ter, se não forem mudados os critérios de redistribuição do ICMS”, responde Amin, que se queixa por administrar o terceiro município que mais arrecada impostos no Estado e o 17º em retorno de tributos.

O argumento da falta de dinheiro, segundo a coordenadora do Caprom, Ivone

Maria Perassa, também é utilizado pelo prefeito para fazer uma “política” de barganha e troca de favores”, com a iniciativa privada e implantar os grandes projetos destinados a transformar Florianópolis num pólo turístico internacional: a despoluição da Baía Norte, a construção da Beira-Mar Norte do Estreito e a doação onerosa de uma área de 27.809 m², na cabeceira da Ponte Hercílio Luz, para quem construir ali um hotel cinco estrelas com 200 apartamentos, um centro de convenções para 1000 lugares e a nova sede da prefeitura (4000 m²) na Praça Tancredo Neves. Este último projeto já está sendo apreciado em regime de urgência na Câmara Municipal.

O “jingle” oficial que vende as 42 praias (172 km) da Ilha da Magia aos turistas é “Florianópolis Vale a Pena”. Há, no entanto, segundo Perassa, latifundiários urbanos apavorados com a possibilidade do uso-capião urbano, aprovado na nova Constituição, já que boa parte da população de periferia são nativos ou pessoas que moram na cidade a mais de cinco anos. Com isso, os conflitos de terra na Capital tendem a aumentar e, na falta de uma política habitacional, Perassa arrisca até uma nova versão do “jingle” da Prefeitura: “Florianópolis dá Pena”.

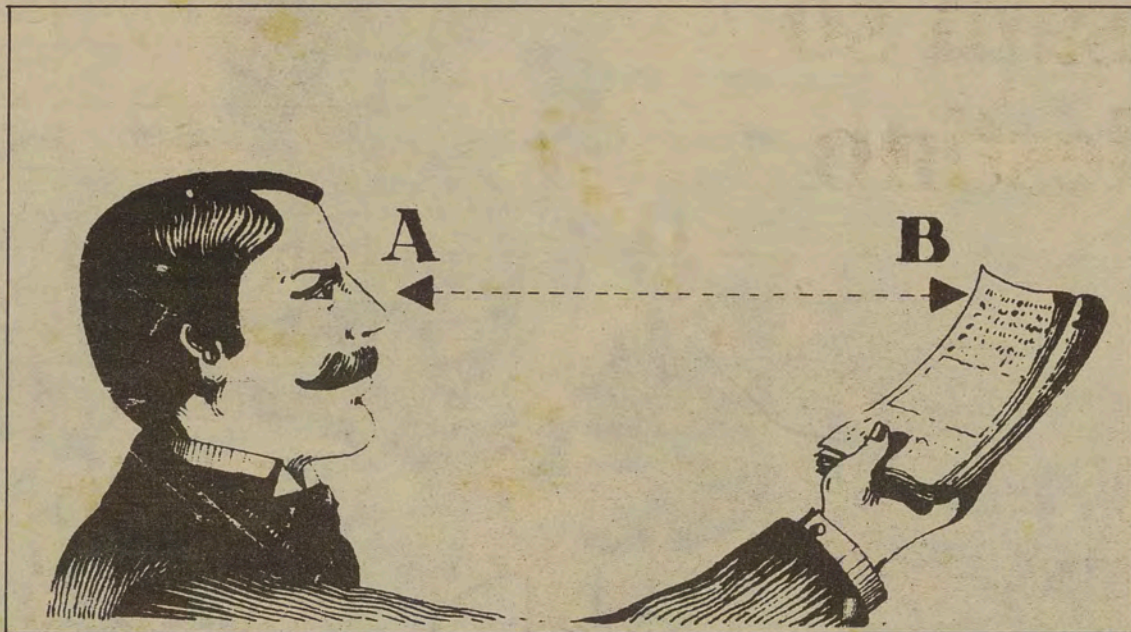
Textos Geraldo Hoffmann

Direita mente e difama PT e CUT

Comissão de Ética pune jornalistas

No dia 24 de abril, ao ler sua coluna no Diário Catarinense, o comentarista político Prisco Paraíso devia estar satisfeito. Havia denunciado uma "Cartilha de adestramento para dirigentes sindicais e sindicalistas" e contribuído para alimentar a histeria de que o PT e a CUT querem a desordem. Mesmo não tendo provas, Prisco acusou as entidades de serem autoras do manual que ensina os grevistas a manterem o movimento usando a violência. O diretório regional do PT resolveu encaminhar o caso à Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas do Estado de Santa Catarina, que o examinou no dia 15.

As acusações do PT baseiam-se em vários artigos do código de ética dos jornalistas. "Deve-se refletir sobre o que se escreve", diz Celso Vicenzi, presidente do sindicato da cate-



goria. No caso de Prisco, pode-se ir além do que ele escreveu. Ele não ouviu todas as partes antes da publicação da "denúncia" e, quando o PT mandou uma carta de esclarecimento, o jornalista só transcreveu certos trechos na sua coluna do dia 25 de abril. Segundo o PT, esse manual foi usado pelos órgãos de informação da época da ditadura para difamar as lideranças sindicais. Agora, ele volta a difamá-las, só que através de um jornalista.

Recorrer à Comissão de Ética é uma forma de defesa para quem, se sente atingido pela ação de um profissional da área. Segundo Vicenzi, "é bom que as pessoas saibam que existe um código no jornalismo que deve ser respeitado. Tanto a categoria quanto a sociedade podem fazer uso dele". Esta é a segunda vez que a Comissão, formada por jornalistas catarinenses, se reúne para julgar um processo. A primeira foi em

fevereiro quando a categoria em assembleia, denuncia 20 jornalistas que não acatarem a decisão da maioria e continuaram trabalhando durante a greve no jornal "O Estado".

Nesse caso, os 90% que aderiram à greve foram prejudicados pelos poucos que mantinham o jornal em funcionamento. Esses receberam notificação da Comissão, que dá o prazo de dez dias para uma resposta oral ou escrita. Alguns dos jornalistas

advertidos responderam com suas assinaturas num documento único. Mas cinco deles não se pronunciaram: Luís Henrique Tancredo, Marcílio Medeiros Filho, Paulo da Costa Ramos, Moacir Pereira e Matusalém Comelli — proprietário de "O Estado". A punição máxima foi para Comelli: Uma assembleia da categoria vai decidir por sua exclusão do quadro do sindicato.

"Na minha opinião as penalidades do código deveriam ser revistas. São muito brandas", diz Celso Vicenzi. Com razão, já que o dono de um jornal não deverá ficar muito sentido ao ser expulso do sindicato. E qualquer que seja a decisão no caso de Prisco Paraíso, nada seria mais justo do que uma retratação pública, por ter comprometido levemente duas entidades através de informação suspeita e tendenciosa. Pois qualquer jornalista profissional deve, no mínimo, checar as informações que publica.

Taciana J. Xavier

Secretaria de Comunicação Social dá calote no Curso de Jornalismo

Governo usa convênio sem pagar a conta

O novo secretário estadual da Comunicação, deputado Iraí Zílio, resolveu calotear a Universidade Federal de Santa Catarina, não cumprindo os compromissos assumidos por seu antecessor Antunes Severo.

A Secom utilizou-se de um evento organizado pelo departamento de Comunicação da Ufsc para aperfeiçoar seus funcionários. Na ocasião, o secretário Iraí Zílio chegou a enviar representante oficial o seu coordenador de Relações Públicas, Marcio Madeira Neves. Depois, recusou-se a pagar a conta.

O evento, uma palestra do jornalista carioca Marcos Vieira Reis, foi programado de acordo com o convênio Ufsc-Secom, assinado com grande pompa em março passado pelo reitor Bru-

no Schlemper e o então secretário da Comunicação, Antunes Severo. O governo previa a organização, pela Ufsc, de uma palestra mensal com a presença de um profissional de comunicação de destaque nacional, para aperfeiçoar os funcionários do sistema de comunicação do governo do Estado e os professores e alunos do Curso de Jornalismo. Em contrapartida, a Secretaria de Comunicação repassaria uma verba à Universidade para ressarcir os gastos com transporte, alimentação e hospedagem do profissional convidado para o evento. A Secom beneficiou-se do evento mas não cumpriu a sua parte no convênio. Em consequência disso, o Departamento de Comunicação da Ufsc suspendeu o restante da programação.

EXPLICAÇÕES

Em audiência concedida à direção do Curso de Jornalismo, o novo secretário informou simplesmente que não pagaria a conta e não pretendia honrar os compromissos assumidos por

seu antecessor, embora por ocasião da palestra houvesse enviado representante oficial ao ato. O deputado Iraí Zílio resolveu considerar o convênio ilegal. A ilegalidade não teria sido na gestão de Antunes Severo, durante os mais de seis meses que o convênio tramitou na Secretaria, antes da assinatura definitiva.

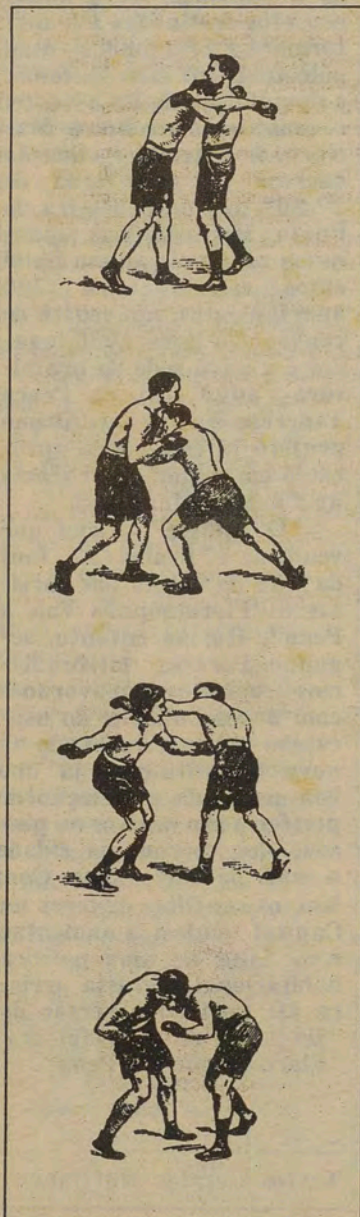
O diretor geral da Secretaria de Comunicação, jornalista Valdir Alves, reforçando a argumentação de seu chefe, acusou o ex-secretário Antunes Severo de cometer ilegalidade, já que o Tribunal de Contas não permitiria este tipo de despesa por órgãos do Governo do Estado. Em consequência desta interpretação, a Ufsc deveria arcar inteiramente com o prejuízo pelo evento já realizado, segundo o assessor "Didi". Procurado pela direção do Curso de Jornalismo, o ex-secretário Antunes Severo disse que "nada poderia fazer", uma vez que há havia deixado o cargo. O caso foi entregue ao Gabinete do Reitor para serem tomadas as devidas providências

legais contra a Secom e seus responsáveis.

O chefe do Departamento de Comunicação da Ufsc lamentou "a falta de seriedade de um órgão do governo do Estado no trato com uma instituição séria como a Universidade Federal". Para o professor Eduardo Meditsch, os dois titulares da Secom, Iraí Zílio e Antunes Severo, se beneficiaram com o convênio, seja através do evento realizado ou da badalação em torno dele, sempre assegurada pelo atento assessor de relações públicas dos secretários, presente em todos os momentos.

De acordo com fontes da Reitoria da Ufsc, este foi o único convênio firmado com a Universidade pelo governo do PMDB contrariando uma tradição de colaboração entre a Ufsc e os órgãos estaduais, que marcou gestões anteriores. Por isso, o desfecho do caso não surpreendeu.

Eliot Ness



Estudantes que não pensam só no seu destino

Com greve de fome, exigem mudanças. Já!

No dia 4 de maio, quinta-feira, Pequim assistiu, durante a comemoração do 70º aniversário do primeiro movimento estudantil da China, uma manifestação que não estava no programa oficial. Na Praça da Paz Celestial, centro da capital da China, cerca de 200 mil estudantes protestavam contra a corrupção, pela democracia, pela liberdade de imprensa e já se ouvia vozes pedindo "toutingdu", transparência em chinês - em russo se diz "glasnost". Pouco tempo depois o secretário-geral do Partido Comunista chinês, Zhao Ziyang, informou que o governo está disposto a dialogar com os líderes universitários, organizadores do movimento, algumas das reivindicações feitas. Desta maneira o governo chinês volta atrás na sua posição inicial de não negociar e endurecer com o forte movimento estudantil que vem fazendo manifestações por todo o País por três semanas.

O recuo oficial veio coar de sucesso o maior movimento estudantil da China desde 1919. Insatisfeitos com as condições de ensino dadas pelas universidades (situação que guarda algumas semelhanças com as dadas pelas universidades brasileiras), os estudantes boicotaram as aulas e foram para a rua lutar pelo que acham



É de estudantes assim que o Brasil precisa

correto. Foram três semanas de passeatas, manifestações, protestos, que, com muita organização, se transformaram num enorme desafio político para a cúpula do PCC. Deng Xiaoping, o mandachuva do país, foi duramente atacado. O mesmo Deng Xiaoping que assumiu o governo em 77, com reformas econômicas de caráter capitalista, que deram fôlego para a China passar pela década de 80. De herói passou à vilão. Ele representa, agora, uma classe dirigente que não consegue resolver os problemas criados pelas suas reformas e que está estática.

As manifestações, que já incluem greve de fome de mil estudantes, contaram com o apoio e a participação de trabalhadores, inclusive jornalistas, que foram para a rua com os estudantes. No dia 10 de maio houve mais

passeatas, desta vez de bicicleta e com o objetivo principal de protestar contra a censura de informações e notícias dentro dos veículos de comunicação estatais.

Ao que parece, a onda de mudanças que vem se espalhando por trás da "cortina de ferro", que dá a impressão de estar meio enfiada e pronta para cair, chegou na China e chegou com a força de uma reivindicação popular. O PC chinês, que sempre descartou a hipótese de realizar na China reformas políticas como as que Gorbachev promoveu na URSS, se vê obrigado a perceber que o povo chinês pensa diferente e está disposto a colocar isso no jornal.

Pedro Saraiva



Uma boa estréia

Instrumental com humor e exotismo

Uma capa colorida e tropicalista e um recheio que deixa a desejar; eis que a exótica Orquestra de Música Brasileira chega pela primeira vez ao vinil. O currículo curioso, que inclui a performática abertura do quarto Free Jazz Festival - todos os trocentos integrantes vestidos de índio - não foi suficiente para salvar o projeto que veio à luz via Estúdio Eldorado. A proposta de resgatar a música popular brasileira (não se trata da MPB pós-Tropicália) utilizando-se de instrumentos não comuns às orquestras, como bandolins e contrabaixos elétricos, não encontrou meios de se expandir num estúdio de gravação.

Ritmos e composições oriundas de fontes diversas - o morro carioca se encontra com a pracinha do interior - diluem-se num molho jazzístico que faz a festa nas FMs de elevador. Nesta polifonia se salva a popular "Ou Vai ou Racha" (fechando o lado A e abrindo o B. Vire o disco bem rápido e você não notará a emenda) e a nova roupagem de "Aquarelha do Brasil", de Ary Barroso. As tiradas a la Planeta Diário do encarte que acompanha o LP demonstram que pelo menos bom-humor não falta aos integrantes da orquestra.

Fabiano Melato

Bom blues com sotaque brasileiro

Desde o início de abril que Santa Catarina começou a ser invadida por um novo selo fonográfico. Só que desta vez não se trata de mais uma gravadora regionalista confundindo o tradicionalismo com o calipira brega. A boa novidade é o catálogo do Estúdio Eldorado de São Paulo, que existe há doze anos mas se dedicava mais às atividades de estúdio, e somente recentemente fixou representante em Santa Catarina. Dentro da proposta do Estúdio Eldorado o jazz, a música instrumental e a MPB assumem um lugar de destaque.

Entre os bons lançamentos do estúdio está a banda paulista "Blues Etílicos", com sua primeira incursão pelo vinil chamada "Água Mineral". Como o próprio nome da banda sugere, o disco é uma viagem musical até o leste do Mississippi, berço do mais autêntico blues. O ponto alto do LP está na sua parte instrumental onde em "Funky Blues", "It's not easy" e "Maracujina", os arranjos de gaita e guitarras conseguem dar ao blues tradicional um certo peso característico do rock'n'roll. A fórmula não é nova, já que foi justamente esta união que fez o sucesso do Led Zeppelin nos anos setenta, mas a competência do Blues Etílicos dá total respaldo ao resgate. Também é destaque do LP a participação especial de outra boa surpresa do Estúdio Eldorado, o guitarrista André Cristovam, que empresta seu talento de verdadeiro bluesman nas faixas "Drifting Blues" e "Kansas City", aliás talento que destrona o descartável Celso Blues Boy de seu reinado tupiniquim.

Blues em português lembra samba em inglês, isto é, a sonoridade da língua não casa com o ritmo. Rimar Fla-Flu com chuchu e Dali com Acari certamente compromete as duas únicas músicas em português contidas no LP: "Vou Pegar Ma Beibe" e "Frank Zappa Vai Pra Martinica". Contrariando a tendência dos novos ídolos do blues mundial, como Robert Cray, os cinco rapazes que compõem a banda acertaram a não utilizar os novos recursos da eletrônica em seu primeiro trabalho. Depois de ouvir "Água Mineral" fica a certeza de que a simplicidade assegura o que o blues tem de melhor: o sentimento transformado em melodia.

Romir Rocha



PROMOÇÃO ZERO — ESTÚDIO ELDORADO

CONCORRA AO SORTEIO DE LPS DO BLUES ETÍLICOS E ANDRÉ CHRISTOVAM

BASTA COMPLETAR AS FRASES ABAIXO:

..... é o título do LP de André Christovam.

O disco do Blues Etílicos se chama

Remeta o cupom (e cópias) para: "Promoção Disco", Campus Universitário s/nº, CCE, Curso de Jornalismo, Trindade, Florianópolis, SC. E confira o resultado dia 15 de junho, pelo fone 33-92-15. Boa sorte!



Foto: Sabrina Franzoni/Zero

Ato público, dia 11: sociedade civil reagiu rápido, às claras

Cidadãos se unem contra o retrocesso

Eleições sim.

Atentados não.

Eis o recado

Bombas que explodem um monumento em homenagem aos trabalhadores assassinados pelo exército em Volta Redonda (RJ) e tentativas de legalizar a repressão contra movimentos grevistas como a medida provisória número 50 do Governo Federal — que restringe o direito de greve — são indícios de retrocesso político no país que podem, inclusive, comprometer a realização de eleições presidenciais, neste ano. Como forma de mobilizar a população para se contrapor a essas forças de extrema direita, que dão sinais de saudade do golpe militar de 1964 e dos mais negros períodos da ditadura, foi formado em Santa Catarina o Comitê de Defesa das Liberdades Políticas e Democráticas e dos Direitos dos Trabalhadores integrado por mais de 100 pessoas que representam 45 entidades.

A partir de sua formação, no dia quatro de maio, em uma plenária realizada em Florianópolis, o Comitê coordenado por um representante de cada entidade que participou de sua formação, começou um trabalho de ampla divulgação de seus objetivos e desmascaramento das intenções do Governo com a medida antigreve. Em nota divulgada à imprensa, as lideranças relacionaram vários fatos, além das medidas do Governo, que levaram à criação do Comitê como

forma de impedir o retrocesso político. Entre esses episódios estão o atentado à bomba ao monumento aos mortos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), ocorrido na madrugada do dia dois de maio, a invasão de sedes de entidades sindicais, atentado contra a vida de lideranças sindicais e partidárias e o ressurgimento de organismos paramilitares.

“Existe a intenção de impedir o avanço de forças progressistas e pôr em risco a realização de eleições presidenciais”, acreditam os coordenadores do Comitê em Defesa da Democracia. O temor da direita, segundo o Comitê, é em função da dificuldade de articulação para encontrar um candidato que tenha possibilidade de vencer as eleições, num momento em que os partidos de esquerda ganham espaço e a população se organiza para exigir seus direitos. Na tentativa de bloquear o crescimento da esquerda, o Governo desenvolve “uma campanha nacional, através da publicação e divulgação de falsas cartilhas, de massiva campanha publicitária, de declarações públicas de integrantes de alto escalão do Governo e representantes da classe dominante, tentando, a todo o custo, responsabilizar os trabalhadores e suas entidades como causadoras da crise por que passa o país”, entende o Comitê.

Os coordenadores ressaltam, também, que “toda essa campanha orquestrada tem como objetivo central desviar a atenção da causa real da crise política e econômica que estamos vivendo, para impedir o avanço de forças progressistas e por em risco a realização das eleições presidenciais”. Mas a direita não quer perder o controle do poder e não utiliza, apenas, as campanhas na televisão e na chamada grande

imprensa como meio de distorcer os movimentos populares e justificar a repressão e até assassinatos de lideranças como Chico Mendes. Dos porões da ditadura, reaparecem os organismos que, na verdade, nunca foram desmobilizados. Durante a noite, em Santa Catarina, como nos demais estados do país, recomeça o terror que o Comitê pretende combater. São telefonemas, correspondências e outros tipo de “avisos” para as lideranças se calarem, já que suas posturas não agradam ao poder vigente e à classe dominante.

Durante sessão da Câmara de Vereadores de Florianópolis, no dia nove de maio, quando houve um ato do Comitê, o presidente do Diretório Regional do PT, Wilson Santin, denunciou as ameaças que Dom José Gomes, bispo da igreja progressista que atua em Chapecó, vem sofrendo nos últimos tempos. Santin apresentou uma cópia da correspondência assinada por um organismo reacionário que diz o seguinte:

“Estamos comunicando a V.S. através desta missiva que o “Comando de Caça aos Corruptos, Comunistas e Clero Progressistas” (C4P), a partir de 25/mar/89, iniciou suas atividades.

Trata-se de uma entidade de cunho eminentemente anarcodireitista.

V.S. é considerado por nós como um elemento perfeitamente descartável de nosso convívio social, portanto, desde já, segerimos que passe a trilhar o caminho da lei e da ordem pois, do contrário, seremos obrigados a molestá-lo.

Atenciosamente, com o nosso mais profundo desrespeito à sua pessoa. Ass. C4P”.

Linete Martins

Ato público repudia MP nº 50 e exige melhores salários

45 entidades

clamam por

mais justiça

Trinta mil panfletos foram distribuídos em dois dias nos terminais urbanos e nas seis categorias em greve em Florianópolis, mas o pipoqueiro Otávio Antunes dos Santos, que tem ponto na Praça XV, não sabia do ato público convocado para as 17 horas do dia 11, pelo Comitê de Defesa das Liberdades Políticas e Democráticas e dos Direitos dos Trabalhadores. Desavisado, o vendedor de cachorro-quente, José Vieira de Medeiros, também não fez estoque de pão. “E nem ia adiantar, porque eles não têm mais dinheiro”, disse, minutos antes do início da manifestação que reuniu perto de 1000 pessoas no Largo da Catedral.

“El tiempo passa”. A música de Pablo Milanez na voz de Mercedes Sosa ecoou desde as quatro da tarde pela cidade, convidando os funcionários públicos, que do alto dos edifícios espiavam as passeatas dos grevistas, a virem se encontrar. Havia no ar um misto de saudade das manifestações pelas diretas-já (1984) e o triste pressentimento de que seria mais um ato vazio. Os municipais chegaram às 16h30min e se sentaram nas escadarias da Catedral. Já estava garantido um público maior do que o que tem comparecido às últimas manifestações chamada pela Central Única dos Trabalhadores. Depois chegaram os funcionários da Fundação Hospitalar de Santa Catarina (FHSC), muito aplaudidos, e os da Casan, FESC/Udesc, Fucadesc, estudantes, professores e servidores da UFSC. “Já deu massa”, entusiasmou-se um militante. “Um público qualificado”, na opinião do Presidente da CUT/SC, Ineir Mittmann.

Os propósitos do ato vinham embutidos no próprio nome do comitê; integrado por mais de 45 entidades políticas (PC do B, PT, PV, PDT, PSB e PCB), sindicais, civis e populares de Santa Catarina: dizer um “basta ao roubo de salário de Norte a Sul”; exigir a imediata derrubada da medida provisória nº 50 (antigreve); apoiar as lutas dos trabalhadores pela reposição das perdas salariais e melhores condições de vida; repudiar os recentes atos e atentados terroristas e cobrar a punição dos responsáveis e sobretudo, defender a realiza-

ção das eleições presidenciais em 89.

A tônica do protesto estava estampada nas faixas, cartazes e palavras de ordem. “O Plano Verão deixou o povo sem tostão”. “A greve não é culpa dos trabalhadores, mas do governo e dos patrões”. “A universidade se nega a morrer. Mais verbas”. “Não estamos contra a população. Estamos lutando por salário justo”. Os grevistas da FHSC, que “lidam com a vida com um salário de morte”, lembraram que o governador Pedro Ivo Campos foi muito bem tratado, quando esteve internado no Hospital Celso Ramos. A leitura do texto-ameaça do “Comando de Caça aos Corruptos, Comunistas e Clero progressista - C4P” ao bispo de Chapecó, Dom José Gomes, foi seguido de uma grande vaia aos terroristas que vêm intimidando lideranças populares.

Para o presidente regional do PT, Vilson Santin, e o presidente da CUT/SC, Ineir Mittmann, a manifestação cumpriu seus objetivos. “Foi uma demonstração de unidade das categorias em greve, uma resposta de descrédito ao truculento governo Sarney e um ato de construção da democracia”, afirmaram, depois de uma hora e meia de discursos, em que as lideranças sindicais e políticas foram unânimes em apontar Sarney como o principal mentor das greves e dos atos terroristas, por não estabelecer uma política salarial.

Ao pipoqueiro, os ataque do governo Sarney à classe trabalhadora, denunciados na praça, lembram a repressão sofrida pela dupla caipira paulista “Jararaca e Ratinho”, que nos idos de 1940 iam pra cadeia cada vez que criticavam o governo de Getúlio Vargas, o “pai dos pobres e a mãe dos ricos”. “Sarney é ladrão mesmo. Os pacotes dele são como aqueles contos do vigário. E ele só não baixa mais o pau, porque já perdeu a autoridade e a vergonha e os trabalhadores estão organizados”, diz Antunes dos Santos, embora cético quanto à possibilidade de o movimento popular alterar a situação de penúria da classe operária.

A fraca animação da atriz Luci Mendes (do PSDB) fez com que, antes mesmo do fim do ato, um contador de piadas instalado no Calçadão da Felipe Schmidt roubasse público do Comitê. “Depois dos gritos de desabafo, risadas para tirar os tiranos”.

Geraldo Hoffmann